

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AMANDA SANTOS MARTINS PINTO

**COMPREENDENDO A ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA:
PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O
CASO CHINÊS**

Porto Alegre

2018

AMANDA SANTOS MARTINS PINTO

**COMPREENDENDO A ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA:
PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O
CASO CHINÊS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Moreira Cunha

Porto Alegre

2018

AMANDA SANTOS MARTINS PINTO

**COMPREENENDO A ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA:
PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O
CASO CHINÊS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Moreira Cunha – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Luiza Peruffo
UFRGS

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a oportunidade de ter estudado em uma universidade pública e de excelência, que me permitiu uma compreensão mais profunda da sociedade brasileira. Comprometo-me a retornar todo o conhecimento que adquiri em favor dela.

Agradeço imensamente ao professor André Cunha, meu orientador durante quase toda a graduação, pelo incentivo e apoio em todas as minhas propostas de pesquisa e por todos os conhecimentos transmitidos.

Agradeço, também, a todos os professores e professoras que tive durante a graduação, que me ensinaram a pensar as Relações Internacionais de forma crítica, e, em especial, a professora Verônica Korber, que me apresentou novas perspectivas, tanto teóricas quanto humanas.

Agradeço às minhas fiéis companheiras de graduação, as quais, das primeiras semanas às últimas, estiveram do meu lado nos momentos bons e ruins. Aline, Thaís, Larissa e Taciele, obrigada pelo apoio incondicional, pelas conversas profundas, pelas histórias compartilhadas e por todas as experiências que vou levar para o resto da vida.

Agradeço, com todo o amor, ao meu maior companheiro durante esses quatro anos, Yuri. Vivemos, aprendemos e crescemos juntos mais do que eu pensei que fosse possível. Obrigada por estar sempre presente.

Agradeço, por fim, às pessoas que me trouxeram até aqui – que me inspiram, me encorajam e me fortalecem diariamente – meus pais, Josiane e Alfredo e a meu irmão, Luiz. Vocês iluminam a minha vida e tornam tudo mais leve. Eu nada seria se não fossem vocês.

RESUMO

A monografia que segue parte da seguinte pergunta: *como as ferramentas das vertentes teóricas neorrealista e institucionalista neoliberal das Relações Internacionais são aplicadas à ascensão contemporânea da China no ambiente internacional?* Tem-se como objetivo, a partir dela, sistematizar suas concepções sobre a ascensão contemporânea da China no sistema internacional para buscar seus pontos de convergência, divergência, seus méritos e seus limites enquanto modelos explicativos para a questão. Como metodologia para realização da pesquisa foi utilizado: i) A revisão de dados secundários sobre a China antiga; ii) A utilização de fontes primárias (como, por exemplo, atas de acordos, discursos oficiais, participações em fóruns internacionais, dados econômicos, dados militares) para trazer aspectos contemporâneos de relevância ao tema.; iii) A revisão da produção teórica de autores selecionados, inseridos nas vertentes teóricas acima citadas; iv) A sistematização de suas considerações sobre a ascensão de novos poderes no sistema internacional, e, mais especificamente, suas percepções sobre a China; e v) A análise e balanceamento das perspectivas trabalhadas. Como conclusões da referida análise, destaca-se a existência de algumas semelhanças: o método positivista; a predominância da produção em contexto norte-americano; a concepção do sistema internacional anárquico e a ação auto interessada dos Estados; e a centralidade do Estado nas análises. Por outro lado, como divergências, ressaltam-se a percepção sobre a necessidade do conflito entre Estados para atingir objetivos estratégicos; a valorização de aspectos econômicos ou securitários na análise; e as distintas percepções do que seria o poder de um Estado no sistema internacional. Percebe-se, portanto, que são múltiplas as maneiras de avaliar teoricamente a ascensão contemporânea da China. Cada qual, ao priorizar determinados fatores, encaminha o futuro das relações internacionais para uma dinâmica distinta. A partir da análise feita nesse trabalho, constata-se que isso decorre dos fatores que são priorizados como interesses centrais ou como fontes de motivação da ação dos Estados.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais. República Popular da China. Ascensão de Grandes Potências.

ABSTRACT

The monograph that follows is oriented by the following question: *how are the neorealist and institutionalist neo-liberal theoretical tools of International Relations applied to the contemporary rise of China in the international environment?* The aim of this study is to systematize their conceptions of the contemporary rise of China in the international system to seek its points of convergence, divergence, its merits and its limits as explanatory models for the question. The methodology for conducting the research was : i) Review of secondary data on ancient China; ii) Use of primary sources (such as minutes of agreements, official speeches, participation in international forums, economic data, military data) to bring contemporary aspects of relevance to the theme; iii) Revision of the theoretical production of selected authors, inserted in the theoretical aspects mentioned above; iv) Systematization of its considerations on the rise of new powers in the international system, and, more specifically, its perceptions on China; and v) Analysis and balancing of both perspectives. As conclusions of this analysis, some similarities are highlighted: the positivist method; the predominance of production in the North American context; the conception of an anarchic international system and States as self-interested actors; and the centrality of the State in the analysis. On the other hand, as divergences, we have the distinct perspectives about the necessity of the conflict between States to reach strategic objectives; the valuation of economic or security aspects in the analysis; and the different perceptions of what would be the power of a state in the international system. It is thus realized that there are multiple ways of theoretically evaluating China's contemporary rise. Each, prioritizing certain factors, directs the future of international relations to a different dynamic. Based on the analysis made in this study, it can be seen that this stems from the factors that are prioritized as central interests or as sources of motivation for the action of the States.

Keywords: Theory of International Relations. China Popular Republic. Ascension of Great Powers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comparação dos modelos teóricos neorrealistas.....	50
Figura 2 – A China em um sistema caracterizado pela interdependência complexa.....	61
Figura 3 – Os modelos teóricos da interdependência complexa.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo guia para análise dos elementos constitutivos dos textos selecionados.....	15
Quadro 2 – Comparativo dos gastos militares da República Popular da China e dos Estados Unidos, de 1989 a 2017.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB	– <i>Asian Infrastructure Investment Bank</i>
EUA	– Estados Unidos da América
FOCAC	– <i>Forum on China-Africa Cooperation</i>
G7	– Grupo dos 7
KMT	– Kuomintang
OBOR	– <i>One Belt One Road</i>
OGNs	– Organizações Não Governamentais
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCCh	– Partido Comunista Chinês
PIB	– Produto Interno Bruto
RECEP	– <i>Regional Comprehensive Economic Partnership</i>
SI	– Sistema Internacional
SIPRI	– <i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
TTP	– Teoria da Transição de Poder
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A TRAJETÓRIA CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL: DO IMPÉRIO CENTRAL À ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA	16
2.1 A DINÂMICA INTERNACIONAL DA CHINA IMPERIAL.....	18
2.2 A INSERÇÃO SISTÊMICA A PARTIR DA REVOLUÇÃO CHINESA	21
2.3 A ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA REFORMA E ABERTURA.....	24
2.3.1 A China de 1976 a 1997.....	24
2.3.2 A China do século XXI.....	26
3 A ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA PELAS ÓTICAS NEORREALISTA E NEOLIBERAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	35
3.1 MODELOS TEÓRICOS DO NEORREALISMO APLICADOS À ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA	37
3.1.1 O neorrealismo ofensivo na análise da ascensão chinesa.....	38
3.1.2 A Teoria da Transição de Poder na análise da ascensão chinesa.....	41
3.2 MODELOS TEÓRICOS DO INSTITUCIONALISMO NEOLIBERAL APLICADOS À ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA.....	47
3.2.1 Modelos da interdependência complexa na análise da ascensão chinesa	51
4 COMPARAÇÃO DOS MODELOS TEÓRICOS NEORREALISTAS E INSTITUCIONALISTAS NEOLIBERAIS APLICADOS À ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA	58
4.1 CONCLUSÕES SOBRE A ASCENSÃO CHINESA A PARTIR DO REFERENCIAL NEORREALISTA.....	58
4.2 CONCLUSÕES SOBRE A ASCENSÃO CHINESA A PARTIR DO REFERENCIAL INSTITUCIONALISTA NEOLIBERAL	60
4.3 CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS, MÉRITOS E LIMITES DAS PERSPECTIVAS APLICADAS AO CASO CHINÊS	63
4.4 PROJEÇÃO DAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS NOS DEBATES RECENTES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

A ascensão contemporânea da China ao status de grande poder internacional trouxe consigo um acalorado debate acadêmico: seria a China um poder revisionista ou preservador do *status quo*; uma força violenta ou pacífica nas relações internacionais atuais (FRAVEL, 2010; FRIEDBERG, 2005; MEARSHEIMER, 2010; ZHANG, 2016)? Ainda, quais as probabilidades da ocorrência de uma transição de poder dos Estados Unidos para a China, no âmbito das relações internacionais, ainda no século XXI (CLARK, 2011; KUGLER; TAMEN, 2004; WALLERSTEIN, 2017)? Nesse sentido, a relevância atribuída ao assunto por acadêmicos das mais variadas perspectivas teóricas é notável e suas abordagens parecem impactar na forma como diversos meios concebem a questão¹.

É premissa desse trabalho, portanto, que a China esteja, uma vez mais, posicionando-se no sistema internacional como Grande Potência². O Império milenar, que durante dezoito dos vinte séculos contabilizados no calendário ocidental foi centro de sua própria ordem mundial (KISSINGER, 2011, 2012), transformou-se no século XXI em um país de gigantescas proporções e capacidades econômicas, políticas e militares.

A China foi, por muitos séculos, coordenadora de um sistema tributário do qual era ator central. David Kang (2007) considera que a China – quando comparada à Europa em tempos análogos – mantinha-se e lidava com seus entornos de forma relativamente estável. Henry Kissinger (2011) avalia essa questão a partir do que concebe ser uma prática milenar de reestabilização cíclica do império chinês: após cada fase de fragmentação e caos, seguia-se outra de unidade e estabilidade. Para Kang (2007), tal estabilidade relativa manteve-se até a invasão do Império chinês pelas potências ocidentais no século XIX, as quais, com as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1857-1862),

¹ Amado Cervo (2008) destaca a capacidade das teorias de influenciar o processo político decisório, e, como não são isentas nem imparciais, podem tornar-se um risco à tomada de decisões quando não avaliadas com senso crítico e consideradas em seus contextos de produção. Keohane e Nye (1977) também advertem que a academia deixa marcas nas mentes dos políticos, e que mesmo os que se garantem isentos dessa influência lidam e reproduzem conceitos formulados por acadêmicos que vieram antes deles.

² Trabalha-se com a perspectiva de que a China por muitos milênios se posicionou no sistema como potência incomparável em escala e sofisticação (KISSINGER, 2011, p. 25), descrita como “[...] a maior civilização do mundo, não apenas em relação à Roma, mas superior à Europa medieval” durante a dinastia Han (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 20). Apesar de, como coloca Lyrio (2010), o conceito de Grande Potência ser mais comodamente aplicável às relações internacionais pós-Wesfália (com a consolidação da noção de Estado nacional na dinâmica entre os países europeus), existem paralelos evidentes entre o progresso e grau de desenvolvimento de determinada civilização e sua capacidade de exercer poder em relação às demais. Seria esse, portanto, o caso da China pré-Westfália.

modificaram o equilíbrio de forças políticas e sociais da China, abrindo-a para a exploração europeia e norte-americana e desgastando a economia nacional.

A partir desse momento, teria então início um período de instabilidade e fraqueza da posição chinesa nas relações internacionais. Considera-se resultado dessa instabilidade uma intensa onda de insatisfação nacional e revoltas sangrentas, com as quais nascem ideais anti-imperialistas, de cooperação entre asiáticos e de criação de uma política externa própria contra a intervenção internacional. Ideais esses que continuarão a corroer o sistema feudal chinês e culminarão, em 1912, na proclamação da República chinesa (KANG, 2007).

O movimento de reação tem como um de seus marcos a Revolução comunista de 1949, liderada por Mao Zedong. A derrota chinesa para o Ocidente e a perda da soberania teria, como coloca David Li (apud KISSINGER, 2012, p.22), sido fonte de grande humilhação³, tendo como resultado

[...] uma grande reação na sociedade chinesa e na história da China, incluindo a fundação do Partido Comunista Chinês, 90 anos atrás, cujo intuito era mais o de estabelecer um país forte e independente do que disseminar a revolução proletária mundo afora. [...] (LI, 2012 apud KISSINGER, 2012, p.22).

Assim, a Revolução estabiliza novamente a China e, de seu início até a morte de Mao, produzirá a centralização e o fortalecimento da nação, conjuntamente ao seu isolamento no sistema internacional. Após Mao, o momento que se segue é de novidade na história chinesa. Em finais da década de 1970, o líder do partido comunista, Deng Xiaoping, conduz o processo de Reforma e Abertura da economia do país, reintegrando-o efetivamente às relações internacionais, das quais estava distante como ator ativo tanto enquanto império poderoso ou em crise, quanto como nova república comunista.

A situação é nova porque a China enquanto império não se incluía efetivamente na dinâmica ocidental de diplomacia e comércio; eram relações que não lhe interessavam muito além do reconhecimento por parte dos “bárbaros” do além-mar da superioridade do Império do Meio: bastava que eles realizassem o *kowtow*⁴ ao imperador e conduzissem suas trocas dentro dos limites que lhe impunham o governo chinês (KISSINGER, 2011). No entanto, a dinâmica sistêmica moderna se configura completamente diferente e, no século XX, a China reinsere-se em um sistema moldado

³ O “Século de Humilhação” (1839-1949), durante o qual o governo chinês perdeu controle de grandes porções territoriais para forças exteriores é um elemento narrativo fundador da China moderna (KAUFMAN, 2011).

⁴ Ato de tocar a testa ao chão em reverência ao imperador.

e institucionalizado pelas novas regras estabelecidas com o fim da II Guerra Mundial e liderado pelos Estados Unidos da América (IKENBERRY, 2008).

A partir disso, a China desenvolve-se com absurda rapidez, e é fruto de interesse o modo como ela se portará. Suas relações com o entorno asiático são anteriores à fundação do estado moderno do sistema westfaliano e, há de se considerar, os princípios que guiam suas relações internacionais podem não ser os mesmos que embasam a institucionalidade do sistema atual (CHAN, 2015).

Dessa forma, considerando passado e presente, teóricos das Relações Internacionais tentam encaixar a China em modelos que auxiliem a compreender seus próximos passos. Não necessariamente teorias são capazes de captar a complexidade do fenômeno em questão, racionalizar de forma adequada o que passou, ou formular previsões; como coloca Kenneth Waltz (2004, p.3), “Teorias não predizem, pessoas o fazem⁵”. Mesmo assim, o esforço para formular hipóteses sobre o futuro da China no sistema internacional ocorre por parte de autores inseridos nas diversas perspectivas teóricas do campo das Relações Internacionais⁶ e resulta em percepções que convergem e divergem sobre aspectos do mesmo fenômeno.

Os limites desta pesquisa são impostos pela amplitude do campo teórico referido: não se faz possível a abordagem de todas as suas escolas de pensamento sem que se caia na explanação superficial de suas perspectivas sobre a questão. Por essa razão, optou-se por trabalhar apenas as perspectivas de autores realistas (mais especificamente autores neorrealistas) e institucionalistas neoliberais sobre a ascensão contemporânea da China. Tal escolha tem como base as discussões entre as duas vertentes sobre questões como a necessidade de conflitos, ou capacidade de evitá-los, no sistema internacional (JERVIS, 1999), relevantes para que se pense a ascensão de novas forças.

Reconhece-se a limitação de tal recorte e a inserção de ambas as escolas de pensamento no contexto da produção acadêmica predominantemente norte-americana. Considera-se que a predominância da produção a partir dessas perspectivas teóricas é resultado da posição predominante que sustentam os Estados Unidos no sistema internacional (WEAVER, 1998), fazendo com que as relações internacionais, como outras áreas de pensamento, tendam a ser analisadas a partir do pensamento norte-

⁵ No original: *Theories don't predict, people do.*

⁶ Faz-se o parêntese de que nem todos os que participam dessa discussão são teóricos das Relações Internacionais. É crível, no entanto, considerar que a maioria de seus argumentos tende a ter raízes nos conceitos e teorias do campo (FRIEDBERG, 2005).

americano (BARASUOL, 2012). Esse fator torna-se ainda mais marcante quando o problema de pesquisa centra-se na disputa de poder no sistema internacional, pois os Estados Unidos são vistos como a força central desse sistema desde o fim da Guerra Fria (IKENBERRY, 2004). Ademais, tal dinâmica implica que, ao se analisar a ascensão chinesa no sistema internacional, parte significativa dos autores pense sobre a questão considerando os impactos para a posição dos Estados Unidos no sistema internacional, mesmo que inseridos em correntes teóricas menos tradicionais.

Dessa forma, mesmo que se pretenda, em momento posterior, sistematizar a questão a partir da perspectiva de autores e autoras de escolas teóricas alternativas, como a crítica ou a construtivista, as quais formulam contribuições de igual importância, faz-se relevante também compreender as conclusões provenientes das teorias predominantes como primeiro passo. A pergunta que move esta monografia é, portanto: *como as ferramentas das vertentes teóricas neorrealista e institucionalista neoliberal das Relações Internacionais são aplicadas à ascensão contemporânea da China no ambiente internacional?*

Não se pretende aqui corroborar ou refutar as pretensões explicativas dos autores neorrealistas ou institucionalistas neoliberais sobre o assunto. Buscar-se-á, no entanto, como objetivo central desta pesquisa, sistematizar suas concepções sobre a ascensão contemporânea da China no sistema internacional para buscar seus pontos de convergência, divergência, seus méritos e seus limites enquanto modelos explicativos para a questão.

Como objetivos específicos, têm-se:

- i) Apresentar um panorama das relações internacionais chinesas para contextualizar sua ascensão contemporânea;
- ii) Revisar a literatura no que tange a ascensão contemporânea da China no sistema internacional por autores adeptos às abordagens neorrealista e institucionalista neoliberal das Relações Internacionais;
- iii) Realizar um balanço das perspectivas apresentadas, considerando seus méritos e limites.

O presente trabalho justifica-se na tentativa de concentrar a grande produção teórica sobre o assunto de forma a sistematizar as distintas visões da ascensão da China que se têm nos dias de hoje. Buscar-se-á formular a pesquisa de forma crítica, tendo em mente

questões como: quais fatores cada teoria – e contexto em que ela é produzida – prioriza quando trata da ascensão chinesa no ambiente internacional?

Como metodologia para realização da pesquisa emprega-se:

1. A revisão de dados secundários sobre a China antiga.
2. A utilização de fontes primárias (como, por exemplo, atas de acordos, discursos oficiais, participações em fóruns internacionais, dados econômicos, dados militares) para trazer aspectos contemporâneos de relevância ao tema.
3. A revisão da produção teórica de autores selecionados, inseridos nas vertentes teóricas acima citadas.
4. A sistematização de suas considerações sobre a ascensão de novos poderes no sistema internacional, e, mais especificamente, suas percepções sobre a China.
5. A análise e balanceamento das perspectivas trabalhadas.

Para realização da análise da produção teórica dos autores, considera-se o processo de “análise dos elementos” como concebido por Eva Lakatos e Marina Marconi (1992, p. 25). Tal processo consiste no levantamento dos elementos básicos constitutivos de um texto, aparentes de modo implícito ou explícito, com destaque nosso para: as referências bibliográficas e credenciais do autor; os problemas, hipóteses e metodologia utilizadas; os fatos históricos, fenômenos e acontecimentos selecionados; e as afirmações normativas e juízos de valor (LAKATOS; MARCONI, 1992). A análise aqui feita buscou seguir o modelo criado na tabela abaixo.

Quadro 1 – Modelo guia para análise dos elementos constitutivos dos textos selecionados

Capítulo 3		Capítulo 4
Parte 1: Geral - exposição da teoria	Parte 2: Aplicação da teoria à China	Balanço do apresentado no capítulo 3
1. Qual a origem da teoria?	1. Quem são os autores?	1. Avaliação do contexto.
2. Qual a metodologia empregada?	2. Qual o problema e a hipótese da análise?	2. Avaliação da metodologia.
3. Quais são suas premissas?	3. Como os autores aplicam as premissas da teoria ao caso chinês?	3. Avaliação da aplicabilidade das premissas ao caso chinês.
	4. Quais os acontecimentos e dados utilizados para analisar o problema?	4. Avaliação da seleção de acontecimentos e dados utilizados nas análises.

Fonte: elaboração própria.

Para atingirmos nossos objetivos, o trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro deles, tem-se como proposta apresentar o cenário que enquadra o amplo debate teórico sobre a “ascensão contemporânea da China no sistema internacional”. Assim, espera-se justificar de onde surgem as indagações que tantos autores das Relações Internacionais têm buscado responder. No segundo, buscar-se-á apresentar duas perspectivas teóricas distintas sobre o tema – a do neorrealismo e a do institucionalismo neoliberal – exemplificadas por análises feitas por autores do Campo a partir de modelos dentro de suas referidas vertentes. Com isso, forma-se a base para que, no terceiro capítulo, se possa avaliar de forma crítica os méritos e limites das ferramentas teóricas de Relações Internacionais aqui apresentadas na análise deste caso em específico.

2 A TRAJETÓRIA CHINESA NO SISTEMA INTERNACIONAL: DO IMPÉRIO CENTRAL À ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA

Tem-se como objetivo primário deste capítulo apresentar o cenário que enquadra o amplo debate teórico sobre a “ascensão contemporânea da China no sistema internacional”. Visentini (2017) considera que a compreensão do que a China é nos dias de hoje – e o caminho trilhado desde 1979 – é fruto de quatro elementos principais, sendo eles: sua tradição histórica; a Revolução socialista de 1949; a industrialização prévia; e a aliança feita com os Estados Unidos. Parte-se, portanto, dessa constatação para apresentar o trajeto que culminará na construção de uma China contemporânea com um definido projeto de nação, dotado de visão estratégica, e que permitirá que ela, atualmente, se sustente firme no conjunto das demais nações do sistema internacional.

Para tal, trabalhou-se com a divisão do capítulo em três subseções, sendo as duas primeiras breves apanhados históricos da trajetória chinesa, com enfoque em sua dinâmica de inserção no sistema internacional. Na primeira delas, faz-se a seleção de fatos com objetivo de apresentar a transformação ocorrida com o processo de transição da grande China Imperial para uma fraca República, principalmente após os processos de interferência externa, considerando os impactos desse processo a sua inserção internacional. Na segunda, objetiva-se mostrar como se inseria internacionalmente a já República Popular da China no contexto de transformações sistêmicas da Guerra Fria.

A apresentação dessa narrativa histórica não tem por objetivo basear associações diretas entre a história e as ações internacionais da China contemporânea, mas possibilitar a identificação de conexões possíveis entre discursos políticos recentes e a trajetória da civilização chinesa. Nesse sentido, a história é vista como ferramenta para que se veja o processo de construção chinesa de um projeto de nação, com fundamentos, doutrinas e princípios que caminhem de encontro a seus objetivos estratégicos. Como colocam Blanchard e Lim (2013, p.147-148):

Primeiramente, não seria aconselhável ver a história como influenciadora do comportamento da política externa de um jeito puramente determinístico. Pode ser mais produtivo, como muitos contribuidores o fazem, ver a história colorindo, de uma maneira contínua, mas evoluindo, vários aspectos da política externa, tais como a agenda e o contexto político, os diálogos interestatais, os debates entre as elites políticas, as “lições políticas”, ou os futuros que os países buscam atingir.

A terceira seção, mais ampla, propõe-se a apresentar sua trajetória contemporânea de ascensão econômica e, mais recentemente, política e militar no âmbito internacional.

Com ela, pretende-se que seja possível visualizar através de dados e acontecimentos o porquê de a China estar no centro das análises de conjuntura atuais.

2.1 A DINÂMICA INTERNACIONAL DA CHINA IMPERIAL

É tarefa desafiadora definir o momento preciso em que a civilização chinesa teve seu marco inicial. Segundo Kissinger (2011), é após o conflituoso período dos “Estados Combatentes”, de 475 a.C a 221 a.C, que a China passa a manter o ideário de império e unidade, mesmo com seus constantes processos de fragmentação ao longo da história. Portanto, com formação muito anterior às nações europeias, a noção primária de unidade chinesa é distinta da do Estado-nação que surge no século XVI, a partir dos conflitos que dissolveram a antiga estrutura medieval do continente europeu, e à qual nos referimos até os dias de hoje.

Como coloca Castro (2012, p.100), a noção de Estado soberano parte da tradição jurídica ocidental, originada nos Tratados de Westfália, a qual é, posteriormente, exportada para o resto do mundo: refere-se a um conjunto específico de entidades organizadas política e juridicamente e reconhecidas por outros iguais. A China, por sua vez, enquanto Império do Meio, não reconhecia os demais territórios do globo como entidades de comparáveis a si (KISSINGER, 2011). Ela foi, por muitos séculos, o gigante coordenador de um sistema tributário do qual era ator central, administrando laços com países como a Coreia, a Tailândia e o Vietnã. Tal dinâmica envolvia o reconhecimento da superioridade chinesa no sistema em questão, simbolizado pelo ato de ajoelhar e tocar a testa no chão – o *kowtow* – aos pés do imperador, manifestando reverência (KISSINGER, 2011).

Isso não significava implícita rivalidade com os povos vizinhos, mas a imposição de relações de hierarquia: “O objetivo era construir uma periferia condescendente, dividida, mais do que uma diretamente sob controle chinês” (KISSINGER, 2011, p.39). Ademais, sua independência econômica não incentivava a busca por amplas expansões territoriais (VISENTINI, 2017). Mesmo possuindo vastas frotas marítimas e tecnologia náutica avançada em certos períodos de sua história imperial (como foi o caso da dinastia Song, de 960 a 1279), não há registros de interesses significativos por parte dos chineses no controle de terras distantes de sua costa (KISSINGER, 2011). Inclusive, durante o período a que costumamos nos referir como “as grandes navegações” empreendidas pelas potências europeias da época, há registros das viagens de um eunuco chinês de

nome Zhen He por lugares como Java, Índia, o Chifre da África e o estreito de Hermuz, todas patrocinadas pelo imperador. Ao que se sabe, tais viagens tinham objetivos majoritariamente diplomáticos e nenhuma ambição de conquista territorial (KISSINGER, 2011, p.27). Nota-se, portanto, lógica em muito distinta da dos países europeus em situação semelhante, os quais pouco tempo depois iniciarão a construção de seus impérios coloniais.

Em razão disso, Kang (2007) considera que a China – quando comparada à Europa em tempos análogos – mantinha-se e lidava com seus entornos de forma relativamente estável. Kissinger (2011) avalia essa questão a partir do que concebe ser uma prática milenar de reestabilização cíclica do império chinês: após cada fase de fragmentação e caos, seguia-se outra de unidade e estabilidade. Visentini (2017) também concebe a longa história chinesa como notavelmente contínua e identifica a existência de períodos de prolongado caos após as quedas das dinastias imperiais, nos quais toda a extensão da população – dos mais poderosos aos mais pobres – era afetada. Os conflitos que seguem resultam na emergência de novas lideranças e, assim, um retorno à estabilidade com uma nova dinastia.

A condução política do território chinês pelo imperador era conhecida como o “Mandato Celestial”. Fukuyama (2011) o define como a legitimidade dada pela sociedade chinesa a seu governante e aos seus descendentes para administrar o império com autoridade ditatorial. A lógica, segundo o autor, seria semelhante à relação entre a população e a monarquia em diversos outros contextos. Porém, na China, a escolha do governante nada tinha a ver com legitimação eleitoral ou religião. A parte “celestial” do Mandato relacionava-se mais ao “todo” da natureza do que a qualquer instituição ou entidade religiosa. Como apresenta Kissinger (2011, p. 31),

Os chineses jamais geraram um mito de criação cósmica. Seu universo foi criado pelos próprios chineses, cujos valores, mesmo quando declarados como sendo de aplicabilidade universal, foram concebidos como originalmente chineses.

Ademais, o que chamamos aqui de Estado chinês, além de centralizado na figura do imperador, caracterizava-se por uma centralização político-administrativa presente desde sua remota fundação (VISENTINI, 2017). Os “mandarins” constituíam uma burocracia profissional, recrutada através de um exame universal que exigia o domínio dos textos de Confúcio (VISENTINI, 2017; KISSINGER, 2011). O confucionismo, adotado como filosofia oficial do Estado durante a dinastia Han, iniciada em 206 a.C.,

tem como premissa o indivíduo submetido ao coletivo. Mesmo prezando a obediência às hierarquias familiares e políticas, considera válida a revolta contra o Imperador se este deixasse de ser a voz pelo bem comum de seu povo (VISENTINI, 2017). Foram, portanto, séculos de administração da sociedade chinesa através de uma burocracia imperial selecionada, preparada muito mais intelectualmente do que militarmente.

Tal dinâmica de administração e relação com o exterior é condicionante da forma como o império chinês irá lidar com as investidas ocidentais de penetração comercial do seu território durante o século XIX. As tentativas por parte da Inglaterra de ampliar sua participação no comércio dentro do território chinês, embasadas na defesa do livre comércio e igualdade entre soberanias nacionais, eram negadas repetidamente pelos chineses, os quais recusavam tais noções ocidentais e mantinham-se firmes nas maneiras clássicas de lidar com os que consideravam bárbaros (KISSINGER, 2011).

Na visão de Visentini (2016), o recorrente isolamento chinês teve papel na estagnação do seu desenvolvimento tecnológico e atraso em relação aos países ocidentais que começavam a crescer aceleradamente com o processo de industrialização. Assim, no século XIX, a China, que se recusava a negociar termos comerciais e aceitar imposições liberais europeias (KISSINGER, 2011), torna-se um incômodo do ponto de vista das potências coloniais e um potencial espaço para exploração (VISENTINI, 2017).

Como coloca Kissinger (2011), as demandas ocidentais pelo livre comércio e estabelecimento de contatos diplomáticos regulares e embaixadas residentes, quando consideradas a partir de olhares modernos, não eram particularmente ultrajantes. Eram, no entanto, inconcebíveis pela lógica vigente do Império do Meio. “Mas o embate decisivo girou em torno de um dos aspectos mais vergonhosos da intrusão ocidental: a insistência na importação irrestrita de ópio para dentro da China” (KISSINGER, 2011, p. 61). Em razão desse embate maior, a Inglaterra investiu militarmente contra o império chinês, bloqueando portos e tomando embarcações, até que a China cedesse. Inicia-se, então, a primeira Guerra do Ópio, da qual os chineses eram militarmente incapazes de sair vitoriosos (KISSINGER, 2011).

O resultado da Guerra foi a imposição de dois tratados – o Tratado de Naquim e o Tratado de Bogue – que estabeleciam pagamentos de indenização pelos chineses e a abertura de portos no litoral (acabando com o controle do comércio pela corte). A partir desses tratados, a corte chinesa foi perdendo seu controle sobre a política comercial e externa da China. Seguindo o caminho dos britânicos, norte-americanos e franceses negociaram seus próprios tratados em termos análogos, “firmados à sombra da força

militar estrangeira” (KISSINGER, 2011, p.69). Assim, com as Guerras do Ópio (1839-1842 e 1857-1862), modifica-se o equilíbrio de forças políticas e sociais da China, abrindo-a para a exploração europeia e norte-americana e desgastando a economia nacional (KANG, 2007). Para além disso, colocam Cunha e Acioly (2009, p.344), a percepção ocidental sobre a China, no século XIX e meados do século XX, modificou-se: “de civilização misteriosa, avançada e próspera, para um país cronicamente inviável, cuja população seria material e culturalmente inferior”.

A partir desse momento, teria então início um período de instabilidade e fraqueza da posição chinesa nas relações internacionais. Considera-se resultado dessa instabilidade uma intensa onda de insatisfação nacional e revoltas sangrentas, com as quais nascem ideais anti-imperialistas, de cooperação entre asiáticos e de criação de uma política externa própria contra a intervenção internacional. Ideais esses que continuarão a corroer o sistema feudal chinês e culminarão, em 1912, na proclamação da República chinesa (KANG, 2007). No entanto, das Guerras do Ópio à Proclamação da República Popular da China, em 1949, a história chinesa é marcada por um grande número de conflitos internos e externos e um vácuo político devido à carência da existência de um projeto nacional.

2.2 A INSERÇÃO SISTÊMICA A PARTIR DA REVOLUÇÃO CHINESA

O movimento de reação chinesa tem como um de seus marcos principais a Revolução comunista de 1949, liderada por Mao Zedong. A derrota chinesa para o ocidente e a perda da soberania teria, como coloca David Li (apud KISSINGER, 2012, p.22), sido fonte de grande humilhação⁷, tendo como resultado

[...] uma grande reação na sociedade chinesa e na história da China, incluindo a fundação do Partido Comunista Chinês, 90 anos atrás, cujo intuito era mais o de estabelecer um país forte e independente do que disseminar a revolução proletária mundo afora. [...] (LI, 2012 apud KISSINGER, 2012, p.22).

A China, no entanto, levou cerca de trinta anos (de 1920 a 1950) para ser reunificada, após o período conturbado dos senhores da guerra (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). Na década de 1920, o país buscava, nas suas relações exteriores, desfazer as injustiças estabelecidas nos tratados desiguais firmados com as potências

⁷ O “Século de Humilhação” (1839-1949), durante o qual o governo chinês perdeu controle de grandes porções territoriais para forças exteriores é um elemento narrativo fundador da China moderna (KAUFMAN, 2011).

ocidentais. Porém, nos anos seguintes, os esforços nacionalistas chineses tiveram que se voltar para a resistência contra as investidas militares japonesas, só finalizadas em 1945, com a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Nesse período, na política interna, formaram-se na China dois partidos políticos, o Kuomintang (KMT) e o Partido Comunista Chinês (PCCh), os quais tanto cooperaram quanto competiram para lidar com os senhores de guerra, o imperialismo ocidental e a invasão japonesa, mas que, no futuro, irão disputar ferozmente pelos rumos que tomará o país (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

Assim, no início da década de 1920, Sun Yatsen, líder do KMT, buscava consolidar um movimento nacionalista amplo, evitando engajar o partido na luta de classes. O PCCh, por sua vez, procurava angariar seu apoio no proletariado, no campesinato e nos estudantes (mas, à época, ainda estava em seus primórdios e possuía uma base muito fraca). Dessa forma, os dois partidos apenas conviviam, de forma precária, devido à utilidade proveniente de sua união contra os inimigos externos e internos em comum (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). Após aliam-se pela unificação do país, os dois partidos enfrentaram-se em uma guerra civil, de 1927 a 1936; voltaram, então, a se aliar na resistência aos japoneses, até 1945, para depois reiniciarem os choques entre si (VISENTINI, 2017).

A guerra civil entre o KMT (Partido Nacional, pró-ocidente) e o PCCh, a qual precedeu a vitória comunista, se deu no contexto de embate sistêmico – entre capitalistas e socialistas – da Guerra Fria. Isso significou, para a China, uma constante disputa entre as duas grandes potências em embate – Estados Unidos e União Soviética – acerca de qual delas teria a China dentro de suas zonas de influência. Enquanto os Estados Unidos estavam do lado do KMT, a União Soviética se postava junto ao PCCh. O agravamento da Guerra Fria reforçou a necessidade dos soviéticos de apoiarem os comunistas chineses do PCCh na sua Revolução, auxiliando na expulsão do KMT para Taiwan e permitindo que Mao Zedong fundasse a República Popular da China, em 1949. No entanto, visto que a aliança com os Estados Unidos era para com o KMT, foi a China do Partido Nacional que continuou a ser reconhecida pela maioria da comunidade internacional (com exceção de alguns países socialistas) e seus organismos de governança (VISENTINI, 2017).

Assim, pela necessidade de auxílio econômico e proteção militar, a China seguiu, durante a década de 1950, aliada à União Soviética. Nesse período, o país passou por um processo de industrialização acelerada, mas seguiu dentro dos moldes de uma nação

agrária. Foram incrementadas as indústrias da região nordeste, que possuía recursos naturais abundantes e uma rede de transporte consistente, além da instalação de um grupo de grandes indústrias, “[...] buscando uma primeira interiorização do desenvolvimento” (VISENTINI, 2017, p.21). Como colocam Fairbank e Goldman (2008, p.330), “O modelo stalinista de industrialização, que enfatizava em primeiro lugar a indústria pesada em detrimento da agricultura, não era apropriado para o caso chinês devido à grande importância do campo para a economia”. É nesse sentido, de reestruturação e fortalecimento das bases do país, a partir do controle da indústria por parte do Estado, que é realizado o Grande Salto à Frente, de 1958 a 1963 (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008; VISENTINI, 2017).

No entanto, os chineses não estavam satisfeitos com a posição subordinada da China no sistema internacional, com a imposição externa de modelos econômicos que julgavam inadequados, com a negação da cooperação atômica e nem com a disputa pela liderança do movimento comunista internacional após a morte de Stalin. Nesse sentido, quando, a partir dos anos 1960, o PCCh focalizou suas metas em garantir a autonomia e independência nacional para a China, a interferência soviética passou a ser vista mais como um entrave do que como uma alavanca para os objetivos estratégicos do país. A partir disso, em meio a lutas por poder dentro do partido e ao movimento da Revolução Cultural (de 1966 a 1971), houve a eliminação da facção pró-soviética de dentro do país, lhe concedendo independência, mas também o isolando. Foi também na década de 1970 que a industrialização atingiu o centro do território chinês, com a instalação de um complexo automotriz e de indústrias siderúrgicas. Nesse período, de conjuntura internacional de crise do petróleo, a China estabelece uma relação importante com o Japão, o qual, em troca de recursos primários para sua produção, investia na China na modernização da infraestrutura chinesa, sem que a China precisasse se endividar (VISENTINI, 2017, p.20-22).

Sob Mao, a China relacionava-se com o ambiente internacional de forma resistente, possuindo fracas conexões com organizações internacionais durante esse período. Na conjuntura dicotômica da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que era isolada das interações do âmbito multilateral devido a seu posicionamento ideológico, se mantinha afastada e desconfiada das regras de qualquer organização internacional (XIE, 2011).

Segundo Visentini (2017), no entanto, após o fracasso da Revolução Cultural, o premiê Chu En-lai passa a ser o arquiteto da diplomacia chinesa, relegando a Mao o papel de figura decorativa. No contexto de relaxamento da Guerra Fria, reestruturação

da Europa e do Japão, descolonização afro-asiática e movimentos nacionalistas na América Latina, o sistema internacional passa a tender à multipolaridade, com o fortalecimento de outras potências que não os Estados Unidos e o Movimento dos Países Não-Alinhados. É nesse sentido que Visentini (2017, p.23) afirma que “A ONU deixava de ser um mero instrumento norte-americano no contexto da Guerra Fria (temida pela China), para se tornar um fórum e uma arena política complexa [...]”.

Assim, nos anos 1970, a China altera sua política externa de forma extrema: reaproxima-se dos Estados Unidos, sob a presidência de Nixon, com a chamada “Diplomacia do Ping-Pong”. A partir disso, substitui Taiwan no Conselho de Segurança da ONU e normaliza suas relações com os países capitalistas (VISENTINI, 2017).

2.3 A ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA A PARTIR DA REFORMA E ABERTURA

O momento que se destaca a seguir é de novidade na história chinesa. Em finais da década de 1970, o líder do partido comunista, Deng Xiaoping, conduz o processo de Reforma e Abertura da economia do país, reintegrando-o efetivamente às relações internacionais de um mundo já globalizado, das quais estava distante como ator ativo tanto enquanto império poderoso ou em crise, quanto como nova república comunista.

A situação é nova porque a China enquanto império não se incluía efetivamente na dinâmica ocidental de diplomacia e comércio; eram relações que não lhe interessavam muito além do reconhecimento por parte dos “bárbaros” do além-mar da superioridade do Império do Meio: bastava que eles realizassem o *kowtow* ao imperador e conduzissem suas trocas dentro dos limites que lhe impunham o governo chinês (KISSINGER, 2011). De forma distinta, porém congruente, manteve-se isolada, em especial dos países ocidentais, durante a estruturação da República comunista. No entanto, a dinâmica sistêmica moderna se configura completamente diferente e, no século XX, a China reinsere-se em um sistema moldado e institucionalizado pelas novas regras estabelecidas com o fim da II Guerra Mundial e liderado pelos Estados Unidos da América (IKENBERRY, 2008).

2.3.1 A China de 1976 a 1997

O falecimento de Mao Zedong, em 1976, põe fim ao maoísmo fundamentado na luta de classes como base política do governo chinês (VISENTINI, 2017). Com sua morte, inicia-se o processo de reversão de suas políticas, havendo resistência à continuidade

política simbolizada pelo sucessor indicado por Mao, Hua Kuofeng. O que se segue é um período de disputa interpartidária, do qual Deng Xiaoping – figura à que se remete quando memoramos a entrada chinesa no século XXI – emerge como líder. Deng Xiaoping – isolado politicamente pela perseguição sofrida na Revolução Cultural (1966-71) – retorna à arena política em setembro de 1976 e toma para si as rédeas do PCCh. Membro da geração revolucionária original, ele tinha fortes conexões com todos os setores do Partido e com os militares, facilitando a sustentação e apoio de suas propostas (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

O processo de transformação da economia chinesa deu-se em ondas de reformas econômicas, e permanece ainda em contínua reformulação (NAUGHTON, 2007). A primeira das fases de reformas, segundo Naughton (2007), é o marco do início do desmonte da economia centralizada, aliado à manutenção do crescimento econômico. Segundo o autor, a transição econômica, iniciada na década de 1980, foi conduzida concomitantemente ao desenvolvimento econômico do país: as políticas e reformas foram desenvolvidas e aplicadas não só considerando seu impacto no processo de transição da economia, mas também sua contribuição para o crescimento econômico. Para Naughton (2007), isso ocorreu porque as reformas eram conduzidas sem um rumo fixo: buscavam, primeiramente, aplacar os problemas mais óbvios de uma economia planejada.

Assim, reformas foram lançadas nos mais diversos setores da economia, mas foi a reforma nos campos que primeiro obteve sucesso (NAUGHTON, 2007). O setor rural, lar de 80% da população à época, há 30 anos movia-se de acordo com as pressões do governo. Permitiu-se então que as famílias camponesas saíssem da coletividade e, quando as colheitas aumentaram nesses núcleos familiares, a reforma agrária tornou-se uma política de governo. No início dos anos 1980, o setor rural já havia se tornado o mais dinâmico da economia chinesa (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

Nesse período ocorreu também, devido a gradual abertura da economia chinesa, uma invasão de correntes e valores ocidentais, os quais avançaram dentro do país concomitantemente ao desenvolvimento da tecnologia. Tal dinâmica abriu espaço para que a população se expressasse intelectual e culturalmente, práticas antes inexistentes na história moderna da China. Isso resultou no enfraquecimento da autoridade do PCCh, o qual, apesar de manter forte autoridade sobre o âmbito político, afrouxava seu controle nas áreas sociais, culturais e econômicas (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). De acordo com Fairbank e Goldman (2008, p.374),

Deng e os membros mais antigos do Partido acreditavam que poderiam importar ciência, tecnologia e algumas práticas do Ocidente mantendo, ao mesmo tempo, o sistema político comunista. Mas assim como os métodos ocidentais haviam minado o Estado e os valores chineses no final do século XIX, a economia de mercado debilitou o PCCh no fim do século XX.

Assim, meados dos anos 1990, a China já havia migrado para uma economia de mercado funcional (NAUGHTON, 2007). Os avanços e sucessos no setor rural, empreendidos logo após a morte de Mao Zedong, foram chave para a continuidade das reformas descentralizantes. A segunda fase, percebida após 1993, se caracteriza por reformas mais profundas, com enfoque na reestruturação do sistema institucional, visando torná-lo mais compatível com as estruturas de uma economia de mercado (NAUGHTON, 2007).

Em outros países socialistas onde ocorreram transições, elas se deram de forma distinta pelo objetivo maior de migrar o mais rápido possível para a economia de mercado (NAUGHTON, 2007). Na China, ao mesmo tempo em se mantinha o controle político, ia liberando-se o mercado. Os governantes passaram, gradualmente, a permitir que indivíduos e organizações buscassem por si o suprimento de suas necessidades não atendidas, além de incrementos na renda, o que foi erodindo a economia planejada e expandindo a de mercado. O afrouxamento do controle econômico por parte do governo foi criando nichos, que pessoas e comunidades passaram a explorar (NAUGHTON, 2007).

2.3.2 A China do século XXI

É trilhando esse caminho que a China adentra-se no século XXI. Após a reestruturação da nação por Mao Zedong, os líderes chineses buscaram conduzir o crescimento da China pragmaticamente e aos poucos, retomar a posição de destaque que outrora possuíram no sistema internacional (CUNHA, 2008).

Em razão disso, parece haver receio de diversos pensadores contemporâneos (com destaque aos norte-americanos) de que se repita o ocorrido nos séculos passados, quando a ascensão de novas potências – a Alemanha e o Japão – ameaçaram o poderio das antigas através de embates bélicos. Como coloca Cunha (CUNHA, 2011, p. 14)

Há, aqui, um diálogo nem sempre explícito com a literatura ocidental de história e política internacional, cujas análises procuram modelar o processo de “ascensão e queda” das grandes potências. Neste tipo de abordagem constata-se a confluência de elementos de acumulação de poder – globais ou regionais. A ascensão de uma nova potência estaria quase sempre associada ao declínio de outra, de modo que, recorrentemente, a guerra acabou sendo o

desaguadouro das tensões provocadas pelo choque entre ascendentes e decadentes. Os chineses não querem ser percebidos como uma ameaça global, a despeito do fato de não esconderem sua estratégia política de longo prazo, que é a de colocar a civilização chinesa em uma posição de centralidade, mas não necessariamente de hegemonia na ordem internacional.

É nesse sentido, então, que o governo chinês tentaria diferenciar seu processo de modernização dos casos alemão e japonês. Haveria consciência – tanto dentro do PCCh, quanto pelos demais países do globo – de que os objetivos da China enquanto nação ainda não foram atingidos, o que geraria diversas tensões. Assim, os líderes chineses buscariam refúgio no conceito de “ascensão pacífica” (CUNHA; ACIOLY 2009, p.79) e na eliminação da possível “ameaça chinesa”, a qual seria necessária para garantir a continuidade da modernização do país (CHENG, 2012). Engajar em um processo de ascensão pacífica significa que a China estaria agindo de forma a competir internacionalmente dentro das regras já institucionalizadas no sistema, mesmo que elas não sejam justas a ela ou que o país não tenha papel em suas definições (CHEN, 2012).

No entanto, na contracorrente dos que creem que a China esteja de fato no caminho para se tornar uma potência de magnitude comparável aos Estados Unidos no sistema internacional contemporâneo, há os que defendam que o êxito do país asiático é insustentável. Como sintetiza Mauricio Lyrio (2010, p. 8), essa crença se daria baseada na existência de:

Taxas excessivamente elevadas de investimento, sistema financeiro com alto percentual de insolvência, ineficiência do setor estatal da economia, dependência de mercados externos, aumento da desigualdade social, atraso e insatisfação no campo, precariedade dos sistemas de previdência e assistência social, corrupção em larga escala, grande passivo ambiental e escassez de recursos naturais e energéticos [...].

É dentro desse espectro de concepções acerca da China contemporânea que pensadores estão alocando esforços teóricos para compreender seus próximos passos. Entender, portanto, os fatores que compõe essa China faz-se, também, essencial. Assim, buscar-se-á, nos pontos seguintes, apresentar alguns desses fatores de cunho político, econômico e securitário. Não se propõem aqui o aprofundamento da discussão em nenhum dos pontos destacados, mas a exposição de fatos e dados que nos permitam visualizar de maneira ampla o que compõem a China como grande potência hoje.

Em termos de liderança política interna, desde março de 2013 e novembro de 2012, respectivamente, Xi Jinping é o presidente da República Popular da China e Secretário-Geral do Partido Comunista da China, substituindo Hu Jintao em ambos os cargos. É considerado o líder mais poderoso da China desde Deng Xiaoping, centralizando, atualmente, o processo de decisão do Estado chinês em todos os campos

(BLACKWILL; CAMPBELL, 2016). Xi, já em seu primeiro grande discurso como Secretário-Geral, esboçou a ideia da construção do 中国梦 (Zhōngguó mèng), o “sonho chinês”, o qual destaca a união entre o passado e o futuro da China para alcançar o “rejuvenescimento da nação” buscada por 170 anos de luta desde as Guerras do Ópio (XINHUA, 2012). No discurso, Xi destaca que o futuro de cada cidadão chinês está conectado ao futuro da nação; ou seja, o sucesso da China seria o sucesso de seu povo, o que exigiria de todos os chineses o trabalho árduo de gerações para atingir esse objetivo (XINHUA, 2012). Aliado a isso, o líder está realizando um forte investimento em propaganda. Essa iniciativa viria no sentido de recuperar a confiança abalada do PCCh após os escândalos de corrupção no alto escalão do partido em 2012 (MA; THOMAS, 2018)

Na condução da política externa, Xi Jinping porta-se com mais assertividade que seus antecessores, deixando de lado o perfil discreto do país no cenário internacional ao, por exemplo, declarar direitos sobre ilhas vizinhas, criar novas instituições internacionais, e investir em outras regiões (BLACKWILL; CAMPBELL, 2016). Nota-se, nessa nova etapa da política externa chinesa, o diálogo entre elementos de acumulação de poder *hard* e *soft* nos assuntos militares, políticos, científicos, culturais e econômicos (CUNHA, 2008).

Um bom exemplo da transformação da assertividade chinesa é a recente tentativa de Pequim de assumir a liderança global no regime internacional de mudanças climáticas. A China é, atualmente, o maior consumidor de energia e maior emissor de dióxido de carbono do mundo, e esses números continuam crescendo (ZHANG, 2017). Em razão disso, o país passou a ser alvo de pressões, tanto internacionais quanto nacionais e de atores tanto públicos, quanto privados, para comprometer-se de forma mais vinculante às responsabilidades atribuídas a uma Grande Potência, tais como melhorar sua performance em áreas de responsabilidade social e no desenvolvimento sustentável nos países em que investe (TAN-MULLINS, 2017).

Assim, mesmo apoiando-se no princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas⁸”, o governo chinês vem assumindo uma parcela maior do problema. Após a saída, em junho de 2017, dos Estados Unidos do Acordo de Paris, de 2015, a

⁸ O princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” estabelece que, embora todos os países tivessem responsabilidades de lidar com problemas ambientais, nem todos seriam igualmente responsáveis por eles. Tal princípio baseia-se nos níveis relativos de desenvolvimento econômico dos países e suas contribuições para o problema ambiental em questão, considerando que países já desenvolvidos teriam contribuído de maneira muito mais significativa devido a seus processos já finalizados de industrialização.

China emergiu, junto à União Europeia, na liderança das negociações sobre mudanças climáticas no mundo (ZHANG, 2017). No entanto, mais recentemente, tem-se questionado se as tensões comerciais com os Estados Unidos, aliadas às pressões pela manutenção do nível de crescimento econômico do país, não estariam afastando a China da liderança internacional nas políticas climáticas (SHUO, 2018). Existiriam, na perspectiva de Shuo (2018), duas visões sobre o papel chinês no regime de mudanças climático vigente: uma progressiva, que vê na continuidade da liderança uma oportunidade para o país tornar-se peça-chave no multilateralismo; e outra conservadora, que acredita que, ao invés de buscar liderança internacional, Xi Jinping deveria apenas colocar as necessidades de seu país em primeiro lugar.

Como aponta Xie (2011, p.85), “O papel crescente da China em diversos tipos de organizações internacionais é parte da história da ascensão chinesa⁹”. Se à época de Mao a política em relação às organizações internacionais era de desconfiança e distância, a partir das reformas de abertura do país ela foi transformando-se gradualmente para atender às necessidades do país. Assim, no pós-Guerra Fria, a China passou a buscar participar ativamente em diversas organizações internacionais. Pode-se considerar que tal movimento advém naturalmente do processo de integração chinesa à dinâmica globalizada do sistema internacional contemporâneo. Xie (2011), no entanto, aponta que, conforme o poderio militar e econômico chinês foi crescendo durante a década de 1990, a China passa a ser vista como “ameaçadora” e, para evitar tal reputação, teria iniciado a busca por uma imagem mais transparente e confiável, participando e contribuindo em organizações internacionais.

Nesse sentido – de busca por aumentar a confiabilidade chinesa entre os demais países do globo – também está o que vem sendo chamado de “armadilha da dívida”, feita pelos chineses. É, por exemplo, o que debate-se acerca das relações China-África. Em agosto de 2018 aconteceu o sétimo Fórum de Cooperação entre China e África, cujos discursos enfatizavam os benefícios mútuos da relação chinesa com o continente africano, e não apenas a busca unilateral por recursos naturais, tais como a declaração de abertura feita por Xi Jinping (2018, sem paginação):

China values sincerity, friendship and equality in pursuing cooperation. The over 1.3 billion Chinese people have been with the over 1.2 billion African people in pursuing a shared future. We respect Africa, love Africa and support Africa. We follow a "five-no" approach in our relations with Africa:

⁹ No original: *China's growing role in all kinds of international organizations is part of the story of China's rise.*

no interference in African countries' pursuit of development paths that fit their national conditions; no interference in African countries' internal affairs; no imposition of our will on African countries; no attachment of political strings to assistance to Africa; and no seeking of selfish political gains in investment and financing cooperation with Africa. We hope this "five-no" approach could apply to other countries as they deal with matters regarding Africa. For China, we are always Africa's good friend, good partner and good brother. No one could undermine the great unity between the Chinese people and the African people.

Nesse sentido, há esforço de ambas as partes em descolar da China a imagem de nova “colonizadora” (FOCAC, 2018): a China estaria transferindo dinheiro para a África mais via empréstimos sem exigências, do que via linhas de crédito impossíveis de serem pagas, e que terminariam transferindo capital africano para o controle chinês (TIEZZI, 2018).

Na esteira da construção do “sonho chinês” e da expansão dos investimentos chineses para o mundo, está a iniciativa 一帶一路 (yīdài yīlù), conhecida internacionalmente como *One Belt One Road* (OBOR). O projeto, lançado em 2013, busca a integração via infraestrutura na Ásia, Oriente Médio, África e Europa. Em 2014, a China estabeleceu um fundo de bilhões de dólares para a Iniciativa e em 2015 o plano de ação para o OBOR foi autorizado. Já em 2016, foi criado o Banco Asiático do Investimento em Infraestrutura (AIIB), proposto pela China, com o objetivo de dar suporte aos projetos de infraestrutura na região Ásia-Pacífico; participam dele, atualmente, 56 países e mais 24 são membros possíveis (RABENA, 2018).

A Iniciativa conta com o interesse de mais de 60 países e acordos bilaterais de cooperação relacionados ao projeto foram assinados entre China e países como Hungria, Mongólia, Rússia, Tajiquistão, e Turquia e vários projetos já estão em andamento. Não existe uma lista com todos os projetos e acordos da Iniciativa, sendo possível que muitos se encaixem, mas, segundo o governo chinês, cerca de 50 estatais chinesas já investiram em quase 1700 projetos da OBOR desde 2013, entre eles o Corredor Econômico China-Paquistão e uma ferrovia de 3 mil km conectando a China com Singapura (RABENA, 2018).

No que se refere aos Estados Unidos, com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a relação entre China e Estados Unidos se apresentou promissora, visto a prioridade de combate ao terrorismo e uma inclinação norte-americana a ver a China menos como competidora estratégica e mais como aliada contra perigos comuns. Porém, no segundo mandato de George W. Bush, as tensões entre Washington e Beijing intensificaram-se, visto o crescente ceticismo por parte dos norte-americanos

de que os interesses chineses no sistema global fossem compatíveis com os deles (FRIEDBERG, 2005). Nota-se, portanto, uma tendência ao descrédito à “ascensão pacífica” chinesa.

Com Barack Obama as relações entre Estados Unidos e China configuraram-se de forma mais constante. No governo Trump, no entanto, o diálogo interestatal se dá em termos instáveis. Em diversas ocasiões, o presidente norte-americano manifestou-se na rede social *Twitter* em tom crítico aos chineses. Por exemplo, em julho de 2018, Donald Trump (2018a, sem paginação) declarou:

China is targeting our farmers, who they know I love & respect, as a way of getting me to continue allowing them to take advantage of the U.S. They are being vicious in what will be their failed attempt. We were being nice - until now! China made \$517 Billion on us last year.

Atualmente, China e EUA se enfrentam em uma guerra comercial, desencadeada pelo aumento da taxaço sobre o aço e o alumínio por parte dos norte-americanos. O governo chinês declarou que os dois devem buscar soluções visando à estabilidade e desenvolvimento da economia global, mas também que não poderão agir apenas de maneira defensiva, atribuindo aos EUA a responsabilidade pela situação devido a suas medidas unilaterais e protecionistas. Essa nova dinâmica pode vir a beneficiar outros países dos quais a China importa matérias-primas, como o Brasil e a Argentina.

Mais recentemente, em 01 de novembro de 2018, no entanto, apesar da instabilidade das discussões, o presidente Trump (2018b, sem paginação), buscou demonstrar que as discussões estavam encaminhando-se:

Just had a long and very good conversation with President Xi Jinping of China. We talked about many subjects, with a heavy emphasis on Trade. Those discussions are moving along nicely with meetings being scheduled at the G-20 in Argentina. Also had good discussion on North Korea!

Em relação ao crescimento econômico chinês, as expectativas mostram-se moderadas. No terceiro trimestre de 2018, o crescimento econômico reduziu-se para 6,5% ao ano, número abaixo do esperado, provavelmente em decorrência dos impactos da guerra comercial com os EUA (TAN; LEE, 2018).

Em termos securitários, um dos fatores essenciais para que se compreendam as diferentes perspectivas sobre a ascensão contemporânea da China é as distintas percepções acerca do orçamento militar chinês (CHEN; FEFFER, 2009). Do seu lado, a China – que busca consagrar sua posição de potência pacífica no sistema internacional – compara seus gastos aos estadunidenses e afirma que os seus significam apenas uma

pequena amostra do deles, representando somente o aumento proporcional esperado ao crescimento da economia. Ademais, os aumentos nos gastos militares seriam reflexos da modernização e melhoria nos serviços para os soldados, via aumento de salários e atualizações de tecnologias. O Pentágono, por sua vez, vem identificando a China – e suas ações militares – como uma ameaça e afirma que os dados informados pelo governo não condizem com a realidade (CHEN; FEFFER, 2009). Essa discrepância entre os dois posicionamentos aumenta as dúvidas acerca dos objetivos chineses.

Segundo Chen e Feffer (2009), tamanha diferença pode ter origem em: i) dificuldades de cálculo entre moedas diferentes, afetando a conversibilidade do valor exato em dólares; ii) inconsistências nas definições sobre os dados providas pelo governo chinês (excluindo itens que regularmente estariam nos orçamentos militares, como fundos para aquisições de armamentos internacionais); e iii) gastos e rendas relativamente pequenas não contabilizadas no orçamento oficial, como subsídios para pesquisa de defesa e vendas de armas no comércio internacional.

Tal dinâmica importa, pois ela é usada como base para se pensar a participação chinesa em conflitos internacionais. Acerca dos atuais conflitos marítimos, por exemplo, nota-se que o lado estadunidense tende a retratar as disputas marítimas na região como resultado do aumento da assertividade chinesa, enquanto os Estados Unidos estariam buscando manter o balanço de poder na região¹⁰. Baseiam-se, para isso, no aumento dos gastos militares por parte da China como fonte de suas preocupações estratégicas, vide o Quadro 2.

Quadro 2 – Comparativo dos gastos militares da República Popular da China e dos Estados Unidos, de 1989 a 2017.

(continua)

Ano	Total em bilhões de dólares correntes		Proporção do PIB (%)		Crescimento anual (%)	
	RPC*	EUA	RPC*	EUA	RPC*	EUA
1989	11	304	2,5%	5,5%	-12%	1%
1990	10	306	2,5%	5,3%	-1%	-8%
1991	10	280	2,3%	4,6%	25%	9%
1992	12	305	2,5%	4,7%	1%	-2%
1993	12	297	2,0%	4,3%	-20%	-3%
1994	10	288	1,7%	3,9%	25%	-3%
1995	12	278	1,7%	3,6%	16%	-3%
1996	14	271	1,7%	3,4%	11%	2%
1997	16	276	1,7%	3,2%	9%	-1%
1998	17	274	1,7%	3,0%	20%	2%

¹⁰ Tal posicionamento pode ser identificado em organizações como o *Council of Foreign Relations*

(continuação)

Ano	Total em bilhões de dólares correntes		Proporção do PIB (%)		Crescimento anual (%)	
	RPC*	EUA	RPC*	EUA	RPC*	EUA
1999	21	280	1,9%	2,9%	9%	7%
2000	22	301	1,9%	2,9%	22%	4%
2001	27	312	2,1%	2,9%	15%	14%
2002	32	356	2,2%	3,2%	9%	16%
2003	35	415	2,1%	3,6%	15%	12%
2004	40	464	2,1%	3,8%	14%	8%
2005	45	503	2,0%	3,8%	21%	5%
2006	55	527	2,0%	3,8%	23%	6%
2007	68	556	1,9%	3,8%	27%	12%
2008	86	621	1,9%	4,2%	22%	8%
2009	105	668	2,1%	4,6%	10%	4%
2010	115	698	1,9%	4,7%	19%	2%
2011	137	711	1,8%	4,6%	14%	-4%
2012	157	684	1,8%	4,2%	14%	-7%
2013	179	639	1,9%	3,8%	12%	-5%
2014	200	609	1,9%	3,5%	7%	-2%
2015	214	596	1,9%	3,3%	1%	1%
2016	216	600	1,9%	3,2%	6%	2%
2017	228	609	1,9%	3,1%		

Fonte: Elaboração própria, com base em SIPRI Military Expenditure Database (2018)¹¹

Seguindo essa lógica, o Pentágono, em agosto de 2018, acusou a China de estar expandindo suas operações com bombardeiros, o que não é visto com bons olhos (CNBC, 2018). Do lado chinês, no entanto, as declarações oficiais defendem que tais suposições não correspondem à realidade estratégica do país.

Ainda no âmbito securitário, outra questão latente é a sustentação da presença chinesa no Mar Sul da China como um contrabalanço à presença norte-americana na região. Os conflitos existentes na região não se originam de uma única fonte; são produto da interação de fatores históricos, políticos, econômicos e securitários e envolvem questões complexas como a delimitação de zonas marítimas, soberania sobre territórios e atividades militares entre países rivais na região (CASSEL; BATISTA, 2016). Destaca-se que o Mar do Sul da China é rota de passagem de cerca de um quarto de todas as trocas internacionais e de um terço de comércio de petróleo feito pelo mar (LIN; GERTNER, 2015)

Estão envolvidas nos conflitos marítimos da região seis partes: a República Popular da China, a República Socialista do Vietnã, a República das Filipinas, a

¹¹ Os dados da República Popular da China são estimativas feitas pela SIPRI e não os fornecidos pelo governo chinês.

República da Indonésia, o Estado de Brunei Darussalam e a Malásia, as quais têm pretensões que se sobrepõe na área, ponto estratégico de recursos naturais e potencial econômico e militar (COLE, 2013). Além desses países, devido à importância da região, nações de grande influência no Sistema Internacional, como os Estados Unidos e o Japão, demonstram interesses e participam, mesmo que de forma indireta, do embate entre os países do sudeste asiático.

As disputas existem, pois os países reivindicam a posse de zonas marítimas e recursos territoriais da região (incluem-se aqui ilhas, ilhotas, recifes, bancos de areia e rochas), alegando diversos direitos e razões. Os territórios marítimos disputados são divididos em três arquipélagos principais: as Ilhas Paracel, as Ilhas Spratly e o Banco Macclesfield. Enquanto as Ilhas Paracel são disputadas pela China e pelo Vietnã, as Ilhas Spratly são disputadas pela China, pelo Vietnã, pelas Filipinas, pela Malásia e por Brunei e o Banco Macclesfield é razão de conflito entre a China e as Filipinas (CASSEL; BATISTA, 2016).

Vê-se, portanto, que a China vem aumentando sua participação no cenário internacional tanto em termos econômicos, quanto políticos e securitários. No caso da economia, para além dos níveis de crescimento chineses, destacam-se o aumento dos fluxos de comércio e investimento, e também as mudanças na sua pauta exportadora. Em termos políticos, nota-se a nova busca por liderança em ambientes multilaterais, bem como a defesa oficial do conceito de “ascensão pacífica”. Por fim, na área securitária, há a defesa do entorno estratégico chinês e os crescentes investimentos no setor militar por parte do governo. A China, portanto, movimenta-se ativamente nessas três áreas das relações internacionais, impactando os demais países do globo.

3 A ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA PELAS ÓTICAS NEORREALISTA E NEOLIBERAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Na primeira seção desta monografia contextualizamos o caso que aqui chamamos “ascensão contemporânea da China no sistema internacional”. O fizemos para que ficasse evidente de onde surgem as indagações que tantos autores das Relações Internacionais têm buscado responder. Nesta seção, por sua vez, buscaremos apresentar duas perspectivas distintas sobre o tema, exemplificadas por análises feitas por autores do Campo a partir de modelos dentro de suas referidas vertentes teóricas. Tem-se por objetivo, com isso, criar as bases para que possamos avaliar de forma crítica os méritos e limites das ferramentas teóricas de Relações Internacionais aqui apresentadas na análise deste caso em específico.

Para compreendermos a situação teórica do Campo das Relações Internacionais e a seleção das correntes teóricas a serem analisadas nesse trabalho, iniciar-se-á com um breve retrospecto de sua evolução através dos anos. Em seguida, nos aprofundaremos em modelos teóricos inseridos dentro do neorrealismo e do institucionalismo neoliberal das Relações Internacionais e suas aplicações ao caso chinês.

O campo científico de estudo das Relações Internacionais data do início do século XX, tendo surgido na Inglaterra e pouco depois nos Estados Unidos, no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial. Surge, justamente, do desejo de evitar que novos conflitos bélicos viessem a ocorrer através do estudo acadêmico da guerra. Eram, portanto, produções idealistas, as quais conjecturavam sobre como o mundo deveria ser (CASTRO, 2012; NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

A dinâmica que ali se implantou, no entanto, não foi capaz de antecipar que uma nova guerra se aproximava. Às análises faltava a busca pelas “causas mais profundas da crise internacional contemporânea” (CARR, 1939/2001, p. xxxviii), dizia Carr (1945/2001, p. xlii), pelo “[...] defeito, flagrante e perigoso, de todo pensamento, tanto acadêmico quanto popular, sobre política internacional nos países de língua inglesa de 1919 a 1939: o quase total esquecimento do fator poder”. Assim, em oposição aos idealistas, surge o grupo de pensadores a quem se chamou realistas, os quais identificavam de maneira mais concreta o poder e os interesses envolvidos na política internacional, estudando os meios pelos quais os Estados buscavam garantir sua sobrevivência.

A discordância ontológica sobre a natureza do campo das Relações Internacionais – entre idealistas e realistas – ficou conhecida como o “primeiro grande debate” da teoria das Relações Internacionais, do qual o realismo é considerado grande vencedor visto a

concretização de sua visão securitária dos Estados com a Segunda Guerra Mundial. O “segundo grande debate”, por sua vez, se deu entre os que defendiam o estudo das relações internacionais a partir de métodos científicos ligados às ciências exatas, e os que acreditavam nas virtudes de abordagens históricas para teorizar (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

O fim da Guerra Fria, contudo, tem impacto na predominância realista nas Relações Internacionais e, na década de 1980, com a volta de relativa paz ao sistema internacional e de perspectivas idealistas (SCHWELLER; PU, 2011), inicia-se o chamado “terceiro grande debate”. Keohane (1988) inicia a reformulação do Campo a partir da distinção que faz de duas grandes correntes: a que chamou de racionalista (composta pelos teóricos realistas e liberais, com um programa de pesquisa claro, hipóteses, metodologia e critérios de inclusão e exclusão criteriosos) e a que chamou de reflexivista (na qual se incluíam teorias como as feministas, a teoria crítica, as pós-modernas e as pós-estruturalistas, as quais se propunham a debater questões e conceitos relevantes, mas que não possuíam rigor científico e dados empíricos para apoiar suas ideias). Lapid (1989) complementou de certa forma a classificação acima, separando o debate em termos de positivistas e pós-positivistas, em razão do modo como esses teóricos viam o mundo. Definiu, portanto, o terceiro debate em termos ontológicos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Para os fins desse trabalho, dar-se-á enfoque na corrente que Keohane (1989) denominou racionalista. Mais especificamente, trabalhar-se-á com discussão promovida entre neorealistas e institucionalistas neoliberais dentro do campo das Relações Internacionais. Tal escolha foi feita para que o objetivo desse trabalho – a aplicação de modelos teóricos ao caso chinês – fosse atingido de maneira clara e concisa.

Como contextualizado anteriormente, o ambiente internacional do fim da Guerra Fria (com o fim da bipolaridade e avanço da multipolaridade), ao contrário do que previam as teorias realistas, não foi palco de grandes conflitos. Em razão disso, a dinâmica de tendência à cooperação permitiu ao institucionalismo neoliberal, introduzido por Robert Keohane e Joseph Nye com “*Power and Interdependence: World Politics in Transition*” (1977), ganhar força. Tal modelo apresenta o sistema internacional como caracterizado pelo conceito de “interdependência complexa”, vista como a ocorrência das transações internacionais causadoras efeitos recíprocos entre os atores envolvidos. Destacam-se nela conceitos como *short-run sensitivity* e *long-term vulnerability*, referindo-se à quantidade e ritmo dos efeitos da dependência mútua e aos custos relativos de transformar um sistema de interdependência (para conseguir deixar a relação), respectivamente (KEOHANE; NYE, 1977). Nesse sentido,

o “poder” de um ator no sistema internacional estaria mais associado a seus níveis de dependência em relação aos demais atores, do que a sua capacidade de ação militar.

Mais recentemente, no entanto, a visão realista das relações internacionais tem voltado a ganhar respaldo, com o aumento das situações conflituosas de cunho transnacional, em especial após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos (SCHWELLER; PU, 2011). O enfoque dos neorrealistas, então, continua a ser o estudo da segurança internacional, e das causas e consequências dos conflitos entre os Estados (JERVIS, 1999). Assim, para tais autores, o “poder” do Estado permanece conectado a sua capacidade de ação militar.

3.1 MODELOS TEÓRICOS DO NEORREALISMO APLICADOS À ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA

A visão realista nas Relações Internacionais não pode (tampouco qualquer outra) ser resumida a uma única teoria: configura uma ampla escola de pensamento composta por diversas vertentes e ainda mais diversos autores. Em virtude disso, são muitas as possíveis divisões internas aplicadas ao pensamento realista (FENG; RUIZHUANG, 2006). Como esclarecem Feng e Ruizhuang (2006), mais de um critério pode ser utilizado para classificação de teorias em grupos, como em relação, por exemplo: a seu conceito teórico central; às suas principais premissas; ou às unidades de análise que considera. Portanto, as próprias divisões internas do pensamento realista variam de acordo com os elementos considerados para classificação.

Os limites de tempo e escopo do presente trabalho, no entanto, são impeditivos de uma revisão mais abrangente e aprofundada da escola realista. Optar-se-á, para os fins desta pesquisa, por uma primeira classificação da escola a partir das unidades de análise utilizadas pelos teóricos. Parte-se da obra clássica de Kenneth Waltz "*Theory of International Politics*" (1979) e, a partir dela o recorte do realismo estrutural – ou neorrealismo – enquanto perspectiva que busca explicar a política internacional a partir da estrutura do sistema internacional.

Brevemente destaca-se que os realistas tradicionais, ou clássicos, são behavioristas. Consideram, portanto, as decisões dos Estados como variáveis causais dos acontecimentos internacionais: a relação de causa vai da composição interna dos Estados para o resultado proveniente de seu comportamento (WALTZ, 2004). O neorrealismo ou realismo estrutural, por outro lado, considera que os acontecimentos internacionais não tem origem somente na

qualidade dos Estados, mas dependem da estrutura do sistema em que esses Estados estão inseridos. A sequência causal, portanto, se inverte. Enquanto no realismo clássico o comportamento interno impacta no que ocorre no sistema, no neorrealismo é o sistema que impacta no comportamento dos Estados.

De maneira simplista, pode-se pensar que o realismo clássico olharia para o caso da ascensão da China a partir das características do Estado chinês como seu motivador para agir no sistema. No neorrealismo, pelo contrário, a estrutura do sistema seria responsável por determinar que China (ou Estados Unidos) ajam de determinada maneira ao enfrentar certa situação. Isso implica, por exemplo, considerar como mudanças na polaridade do sistema (da multipolaridade para a bipolaridade e para a unipolaridade) impactam o comportamento dos Estados e alteram os acontecimentos internacionais (WALTZ, 2004). Ademais, tanto o realismo quanto o neorrealismo partem do pressuposto que a ausência de uma autoridade soberana no sistema internacional faz com que Estados busquem garantir seus interesses unilateralmente, fazendo ser difícil e importante que Estados cooperem entre si (JERVIS, 1999).

É, portanto, nesse sentido que os modelos teóricos abaixo buscam explicar e arriscar predições acerca da ascensão contemporânea da China e suas possibilidades futuras. Tais modelos partem da configuração do sistema internacional, moldador das ações dos Estados. Foram, para esse trabalho, selecionados dois modelos – expostos nas subseções que seguem – passíveis de serem inclusos dentro do neorrealismo, para que, então, se possa avaliar como eles são aplicados ao caso chinês. São eles o neorrealismo ofensivo e a Teoria da Transição de Poder, escolhidos por serem modelos de clara aplicabilidade ao caso e em razão da acessibilidade da produção existente.

3.1.1 O neorrealismo ofensivo na análise da ascensão chinesa

O neorrealismo ofensivo nasce, pode-se dizer, do neorrealismo de Kenneth Waltz (1979) ao rejeitar seu otimismo em relação ao futuro das relações internacionais. John Mearsheimer – estudioso norte-americano com um vasto repertório de publicações no campo das Relações Internacionais, especialmente nas áreas de segurança e política internacional – é seu mais conhecido adepto, carregando o mérito de ter compilado o que seriam as premissas do neorrealismo ofensivo na obra *The Tragedy of Great Powers Politics*, seu livro de 2001.

O neorrealismo ofensivo tem com base a ascensão de grandes poderes no passado, os quais buscaram expandirem-se territorialmente, como os Estados Unidos, a Alemanha, o

Japão e a União Soviética (FRAVEL, 2010). Na obra de Mearsheimer (2001), é possível identificarmos as seguintes premissas:

- 1) Grandes Potências tem medo uma das outras e sempre competem entre si por poder, buscando oportunidades de ganhar poder à custa dos outros Estados¹².
- 2) O objetivo principal do Estado é maximizar sua parcela de poder global.
- 3) O objetivo final do Estado é atingir a hegemonia.
- 4) A estrutura do sistema internacional força os Estados a agirem de maneira agressiva, pois a) ele é anárquico; b) os Estados sempre tem alguma capacidade militar; e c) não há certeza sobre a ação do outro.
- 5) A multipolaridade sistêmica é mais propensa ao conflito do que a bipolaridade.
- 6) O futuro de todos os Estados do sistema é influenciado pelas ações dos Estados com maiores capacidades.

O neorrealismo ofensivo, portanto, considera que a anarquia governa o sistema internacional e que “Não há nenhuma autoridade central a quem Estados possam recorrer para ajuda se um agressor perigoso os ameaçar¹³” (MEARSHEIMER, 2010, p.387). Assim, não acredita que qualquer instituição ou regime internacional tenha capacidade de controlar uma força agressora e com objetivos expansionistas. Ademais, Mearsheimer (2001) desconsidera o papel da democracia ou da interdependência econômica para evitar o conflito. Na visão do autor, democracias se importam tanto com segurança quanto autocracias e, assim, a busca por poder levaria ao conflito, inevitavelmente.

A maneira de garantir a sobrevivência no ambiente anárquico é, então, ser mais poderoso que os outros estados, visto que os fracos dificilmente atacam os fortes por medo de serem derrotados. Em razão disso, o cenário ideal para um Estado seria atingir posição hegemônica no sistema. O país hegemônico é, segundo Mearsheimer (2010, p. 387), aquele que é tão poderoso em termos de capacidade militar que domina todos os demais estados, neutralizando contestações de poder. Para o autor, nenhum estado tem capacidade de atingir a hegemonia global nos dias de hoje, visto a dificuldade de projetar poder em áreas muito distantes. É possível, no entanto, possuir hegemonia regional, como o tem os Estados Unidos

¹² De acordo com Mearsheimer (2001, p.5), Grandes Potências são definidas por suas capacidades militares, as quais devem ser suficientes para engajar em conflito com o Estado mais poderoso do sistema, o infligindo perdas significativas, mesmo que não ganhe o conflito. Assume-se, portanto, que o Estado mais poderoso é o que possui maiores capacidades militares. O autor não apresenta de maneira sistemática a forma de medida de tais capacidades, apenas ressalta que na era nuclear, uma Grande Potência deve ser capaz de resistir a um ataque nuclear, além de possuir forças convencionais.

¹³ No original: *There is no centralized authority that states can turn to for help if a dangerous aggressor threatens them.*

sobre o hemisfério ocidental. Um estado detentor de hegemonia regional buscaria evitar que qualquer outro atingisse posição análoga, como o fez os Estados Unidos com o Japão imperial, a Alemanha imperial, a Alemanha nazista e a União Soviética (MEARSHEIMER, 2010, p. 388).

Especificamente aplicando o neorrealismo ofensivo à China, Mearsheimer, em seu artigo *The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia* (2010) parte do seguinte problema: pode a China ascender pacificamente no sistema internacional? A hipótese do autor é de que ascensão chinesa está impactando significativamente na balança de poder global em relação à distribuição de poder entre a China e os Estados Unidos, o que irá culminar no fim da primazia norte-americana na região Ásia-Pacífico. Sua conclusão é a impossibilidade de uma ascensão pacífica por parte da China.

A partir das premissas acima apresentadas, o autor faz algumas constatações. Primeiro, se um Estado sempre busca hegemonia, a China enquanto Grande Potência não seria diferente. Assim, tendo como base o movimento de expansão de Grandes Potências no passado, aplica lógica semelhante à estadunidense do século XIX à China, considerando que conforme ela for adquirindo poder, irá buscar expulsar os Estados Unidos da região Ásia-Pacífico para tentaria garantir sua hegemonia regional, assim como estes o fizeram com a Europa no passado (MEARSHEIMER, 2010). A avaliação do acréscimo de poder por parte da China é feita a partir da observação de suas capacidades. Mearsheimer (2010) reforça que, mesmo que os líderes chineses defendam o caráter defensivo de sua marinha, é improvável que os vizinhos da região sintam-se da mesma forma conforme seus números forem tornando-se mais significativos.

Segundo, devido à estrutura do sistema internacional, não há como se ter certeza sobre que ações empreenderão os demais Estados. O autor correlaciona a formulação da política externa de um país com a agressividade das intenções de seus formuladores; assim, sem meios de saber quem serão eles no futuro, não é possível confiar na continuidade das ações de qualquer país, incluso nesse caso a China. Assim, refuta a ideia de que a China poderia anular os receios de seus vizinhos e dos Estados Unidos se declarasse oficialmente suas intenções pacíficas sobre a região. Para o autor, líderes também mentem e, mesmo que a China não fosse um poder revisionista, não haveria meios de verificar empiricamente suas intenções. A questão da imprevisibilidade dos próximos governantes faz também com que não se possa confiar no passado para prever ações futuras de um Estado, não sendo suficiente um histórico de não agressão (MEARSHEIMER, 2010).

Terceiro, a partir das premissas expostas por Mearsheimer (2001), os Estados Unidos, enquanto Estado mais poderoso do sistema internacional, também buscariam sempre mais poder, visto que seu objetivo final seria a hegemonia. Dessa forma, os EUA tenderiam a se comportar de maneira agressiva na região Ásia-Pacífico, onde correm o risco de perder influência para a China, para garantir a manutenção de sua parcela de poder regional. Da mesma maneira que ocorre com o lado chinês, também há o quesito imprevisibilidade acerca da política interna e externa norte-americana que mantém os demais Estados alertas (MEARSHEIMER, 2010).

Ademais, infere-se do artigo que o crescimento econômico da China e o decorrente aumento do investimento em aparelhagem militar seriam as alterações na distribuição do poder estratégico que estariam transformando a ordem internacional, mencionada pelo autor. Em suma, na visão do neorrealismo ofensivo, a China, naturalmente, ao continuar acumulando poder, irá ver seus interesses sendo afetados pela presença norte-americana na Ásia e, para garanti-los, se engajará em embates com os Estados Unidos por recursos estratégicos.

3.1.2 A Teoria da Transição de Poder na análise da ascensão chinesa

A Teoria da Transição de Poder (*Power Transition Theory*, no original), por sua vez, surge em 1958, na obra *World Politics*, de A. F. K. Organski. Propõe-se a ser um modelo para analisar mudanças na dinâmica de poder global e medir transformações estruturais, as quais poderão alterar as táticas de cooperação ou confrontação dentro das nações e, assim, afetar as possibilidades de guerra ou paz (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017). Advogam alguns de seus autores mais influentes – Jacek Kugler, Douglas Lemke e Ronald Tamen (2017) – que o modelo teórico por eles utilizado tem seu mérito ao prover perspectivas para as próximas décadas, permitindo que os políticos desenvolvam estratégias capazes de evitar grandes crises, considerando as possibilidades por eles apresentadas.

É comumente enquadrada na escola realista das Relações Internacionais por considerar o fator “poder” como fonte explicadora da forma como se estruturam os sistemas global e regional. Nesse trabalho, considera-se ela um modelo válido do neorrealismo por trabalhar a relação entre transformações na estrutura do sistema e a forma como os Estados interagem entre si. Nessa perspectiva teórica, no entanto, o conceito “satisfação” é chave para compreensão dos impulsos de transformação sistêmica e o ponto de discrepância entre a Teoria da Transição de Poder e outras perspectivas realistas. Isso se dá, pois, além de

considerar os impulsos ao conflito que surgem entre as nações devido à estrutura do sistema, trabalha com a conexão causal entre “satisfação com o *status quo*” que vem do âmbito interno e “cooperação internacional” (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017).

Hierarquia, poder e satisfação são as variáveis dinâmicas que conectam o cenário internacional à possibilidade de conflito. A estrutura desse cenário se altera em razão de padrões dinâmicos de crescimento distintos entre as nações (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017). Isso significa que o crescimento impacta nas variáveis acima citadas, as quais, por sua vez, aumentam ou reduzem as probabilidades de guerra.

A hierarquia é a forma pela qual o sistema se organiza. A nação no topo dessa hierarquia não é hegemônica, mas o líder internacional mais poderoso, capaz de administrar nações com preferências similares acerca da estrutura das relações internacionais¹⁴. A Potência Dominante defende o *status quo* e, abaixo dela, existem Grande Potências, Potências Médias e Potências Pequenas, com as menores gradativamente mais insatisfeitas com a ordem do que as maiores. As mais poderosas, no entanto, quando não satisfeitas com a nação dominante, podem vir a desafiar o *status quo* (KUGLER; TAMEN, 2004).

O poder é medido, aqui, pelos fatores população, produtividade e capacidade política de uma nação, produzindo seu potencial de influenciar o comportamento de outras nações (KUGLER; TAMEN, 2004). O fator população demonstra o potencial de uma nação para mobilizar e extrair recursos (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017; KUGLER; TAMEN, 2004). Produtividade gera capacidade de exercer influência, e é comumente associado pelos autores adeptos à teoria com o Produto Interno Bruto do país. Os autores propõem, portanto, que os diferentes níveis de crescimento das nações, os quais alteram os fatores população e produtividade (e assim o poder da nação) impactam na propensão do Estado a engajar-se em conflitos (KUGLER; TAMEN, 2004). Tal relação, no entanto, relaciona-se também com a habilidade dos governos em alocar os recursos do país de maneira eficiente, vide a capacidade política da nação (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017).

A satisfação refere-se à relação de um Estado com a nação dominante e o *status quo* por ela administrado, impactando sua probabilidade de engajamento em conflitos¹⁵. Considera-se a existência de um longo espectro entre os extremos de total confiança e total insegurança na relação entre dois países. O nível de satisfação de uma nação para com a outra,

¹⁴ Kugler, Lemke e Tammen (2017, p.11) definem hegemonia como o momento em que um único Estado produz mais de 50% do produto global. A condição hegemônica teria sido dos Estados Unidos apenas durante um breve período no pós-Segunda Guerra Mundial.

¹⁵ A discussão, ainda em andamento, sobre os meios para se medir “satisfação” pode ser vista em *Foundations of Power Theory* (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017, p.7-8).

então, faria com que o Estado em questão agisse de forma mais condizente à anarquia ou de forma mais cooperativa. Essa seria a razão para que, em tantos casos, líderes escolham não entrar em conflitos em situações que seria intuitivo pensar que sim. O sistema internacional, portanto, não seria sempre anárquico (como é assumido pelo cerne da escola realista). Segundo Kugler, Lemke e Tammen (2017, p.6-7)

O programa de pesquisa da Transição de Poder não desafia a noção de que nações vão agir como se em anarquia quando *diretamente* ameaçadas ou o vão fazer enquanto engajadas em guerras. Mas a mesma proposição não funciona para os temas de paz.

Nações satisfeitas com o *status quo* unem-se através de alianças e organizações internacionais, pois têm a crença de que estão melhores com a manutenção do sistema como ele está, do que se outra nação passasse a dominar e transformasse as normas do sistema internacional (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017). Isso não significa que as nações favoráveis à manutenção do *status quo* estejam sempre prosperando, mas que existiria receio de que transformações estruturais no sistema tivessem impactos ainda mais negativos em seus objetivos (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017).

Assim, “Em Transição de Poder, uma potência dominante lidera criando satisfação ao invés de medo; cooperação ao invés de conflito; compartilhando recursos ao invés de lutar por sua distribuição (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017, p. 11)¹⁶”. Ademais, “Em ambientes menos hierárquicos, o ator dominante preserva a estabilidade não pela imposição de regras, mas ganhando suporte para tais regras de Grandes Potências aliadas¹⁷ (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017, p. 11)”. As nações satisfeitas (que compartilham o apreço pelo *status quo*) utilizam-se de persuasão para interagir entre si e alcançar mudanças. Enquanto nações que não compartilham as mesmas perspectivas, por sua vez, tendem a impor-se a seus oponentes baseando-se em capacidades relativas e gerando conflito.

Em suma, é possível destacarmos as seguintes premissas do modelo teórico da Transição de Poder:

1. O sistema organiza-se de forma hierárquica, tanto global quanto regionalmente.
2. O poder de uma nação pode ser medido através dos fatores: população, produtividade e capacidade política.

¹⁶ No original: *In Power Transition, a dominant power leads by creating satisfaction rather than fear; cooperation rather than conflict; the sharing of resources rather than fights over resource allocation.*

¹⁷ No original: *In less hierarchical environments, a dominant actor preserves stability not by the imposition of rules, but by gaining support for such rules from allied great powers.*

3. A satisfação de um Estado com o *status quo* impacta na sua probabilidade de engajamento em conflitos.
4. O crescimento de uma nação altera as variáveis “hierarquia, poder e satisfação”.
5. O sistema internacional nem sempre é anárquico, pois a forma com que os Estados agem no sistema oscila de acordo com seu grau de satisfação.

A obra de introdução à Teoria da Transição de Poder, *World Politics* (1958) de A. F. K. Organski, já faz referências à ascensão da China e da Índia nas relações internacionais: “A questão não é se a China vai se tornar a nação mais poderosa na Terra, mas quanto tempo ela vai levar para atingir esse *status* (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017 *apud* ORGANSKI, 1958, p. 446)¹⁸”.

A partir do modelo teórico acima apresentado, Jacek Kugler e Ronald Tammen, autores norte-americanos, dissertam sobre o caso da ascensão contemporânea da China em *Regional Challenge: China's rise to power* (2004). Destaca-se a data de formulação do artigo – 2004 – por ser um momento em que a China estava iniciando seu processo de crescimento a níveis muito elevados.

No trabalho aqui analisado, o problema de pesquisa relaciona-se com o modo como os desafios estruturais, provenientes da Ásia e, em menor grau da Europa, devem ser enfrentados pelos Estados Unidos. A hipótese dos autores é que as decisões que determinam as interações entre as Grandes Potências do SI – a opção de manter satisfeitos esses atores – irão determinar se haverá conflito, ou não, entre elas (KUGLER; TAMEN, 2004).

Partindo da premissa da Teoria de que o sistema internacional se organiza de forma hierárquica, os Estados Unidos são alocados como a nação dominante e a China como uma Grande Potência. Os EUA, portanto, são os defensores do *status quo*. Ademais, ao considerar que a China estava crescendo relativamente mais rápido que os norte-americanos à época (e que as previsões para as próximas décadas continuavam altas), os autores assumem que o poder chinês ultrapassaria o estadunidense em cerca de três a cinco décadas. Tomando o fator “satisfação” como aspecto chave para a propensão ao conflito entre nações, o objetivo principal dos Estados Unidos deveria ser manter a China satisfeita com o *status quo* (KUGLER; TAMEN, 2004, p. 50).

Para embasar suas considerações, o enfoque é dado a três fatores: i) a disputa acerca de Taiwan; ii) a adesão chinesa à Organização Mundial do Comércio; e iii) a inexistência de

¹⁸ No original: *The question is not whether China will become the most powerful nation on earth, but rather how long it will take her to achieve this status.*

uma organização, similar à OTAN, que englobe tanto Estados Unidos, quanto China, Rússia e Índia.

Em relação a Taiwan, os autores constatarem que enquanto os Estados Unidos tiver preponderância econômica e militar, eles têm capacidade para derrotar a China em qualquer conflito militar no Pacífico, pois a marinha norte-americana possui os meios para defender Taiwan de uma invasão chinesa. Porém, a partir do momento em que a China passar a liderar a hierarquia asiática, a certeza de vitória estadunidense mingua (KUGLER; TAMEN, 2004, p. 52). Para Kugler e Tamem (2004) é, então, do interesse de ambos os Estados que se adiem as decisões políticas acerca de Taiwan, visto que, por mais que a derrota chinesa fosse certa no presente, a probabilidade de essa disputa gerar confrontações futuras a níveis globais seria muito grande. Assim, como estabelecido a partir das premissas da Transição de Poder, é ideal para os Estados Unidos, líder atual do sistema, que a China se mantenha satisfeita com o *status quo* e disposta a cooperar.

Se a China estiver satisfeita, a antecipada transição para dominação asiática teria poucos efeitos nas estruturas e padrões globais. As normas existentes no sistema internacional permaneceriam as mesmas mesmo que elas provavelmente fossem guiadas e influenciadas pela nova nação dominante¹⁹ (KUGLER; TAMEN, 2004, p. 53).

Além do cuidado diplomático que deve ser tomado pela atual nação dominante em relação a questões políticas sensíveis, tal dinâmica de manutenção da satisfação implica na necessidade de adesão das Grandes Potências aos acordos econômicos e securitários encabeçados pelos Estados Unidos. Segundo os autores, o fato de a China ter se juntado a Organização Mundial do Comércio já se mostra um bom agouro, visto que implica em sua aceitação de normas internacionais de comércio. No entanto, destacam que mesmo que a China se mostre cooperativa em termos de comércio e direitos humanos, enquanto os acordos não passarem para o nível securitário, não há certezas de que conflitos serão evitados (KUGLER; TAMEN, 2004, p. 53).

A partir das colocações acima, é possível resumirmos as perspectivas dos autores Jacek Kugler e Ronald Tamen – expoentes da Teoria da Transição de Poder nas Relações Internacionais – sobre a ascensão contemporânea da China nos seguintes pontos: i) considerando seu crescimento relativo aos Estados Unidos, a China ultrapassará os norte-americanos no quesito poder ainda no século XXI; ii) para evitar conflitos sistêmicos, a

¹⁹ No original: *If China were satisfied, the anticipated transition to Asian dominance would have little effect on world structures and standards. Existing norms in the international system would remain even though they are likely to be guided and influenced by the new dominant nation.*

prioridade dos Estados Unidos deverá ser manter a China satisfeita para com o *status quo*; e iii) a adesão chinesa a organizações e acordos internacionais, em especial securitários, são indicadores de sua satisfação para com o *status quo* e, assim, de menores possibilidades de conflitos.

De forma similar, em *Foundations of Power Transition Theory* (2017), de Jacek, Lemke e Tamen, os autores dedicam uma seção para tratar da aplicação da teoria em relação à emergência da Ásia. Como Jacek e Tamem (2004), os autores consideram que os Estados Unidos estão no topo da hierarquia global. Tendo saído da Segunda Guerra Mundial com mais poder (ao considerarem-se PIB, população e capacidade política), os norte-americanos e seus aliados mantiveram a preponderância de poder a nível global desde durante a Guerra Fria, permitindo que ela terminasse de forma pacífica (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017 *apud* TAMMEN et al. 2000).

Segundo a lógica da Transição de Poder, mesmo que a URSS e seus aliados estivessem dessatisfeitos com a estrutura do sistema internacional, a preponderância do poder por parte do bloco ocidental manteve a estabilidade: o descontentamento de uma nação com o *status quo* só levaria a guerra a partir do momento em que houvesse – pelo menos – paridade de poder entre o desafiante e o defensor do *status quo*. Porém, para os autores, o crescimento econômico dos gigantes asiáticos – Índia e China – aliados a seus elevados números populacionais, fará com que haja uma transição de poder tanto regional quanto global (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017).

São destacados os seguintes fatores para embasar as conclusões dos autores: i) a estagnação econômica da Rússia; e ii) a existência de tratados de comércio, políticas fiscais e monetárias, patentes, direitos humanos, e alguns assuntos de políticas externa entre China e Estados Unidos.

Em relação à Rússia, os autores consideram existir risco na possível aliança China-Rússia, pois sua estagnação pode transformar-se em crescente insatisfação sistêmica e, então, ocasionar uma transferência de dependência para China. Já em termos de acordos entre China e Estados Unidos, os autores também destacam ser o ponto essencial para que a transição de poder ocorra de forma pacífica. Reafirmam que a criação de um bloco similar à OTAN englobando União Europeia, Estados Unidos, Índia e outros líderes regionais seriam uma das saídas para diminuir o risco de guerra, ou, também, lidar com uma China que busque alterações estruturais do sistema (KUGLER; LEMKE; TAMMEN, 2017).

Assim, vê-se que a TTP também considera elevadas as possibilidades de conflito entre Estados Unidos e China. Porém, o destaque aqui é que se percebe nos EUA a capacidade de

evitar que isso aconteça através do diálogo com a China, para que ela se mantenha satisfeita com o *status quo*. Na seção seguinte, observaremos como a análise do mesmo caso a partir da perspectiva institucionalista neoliberal chega a conclusões distintas.

3.2 MODELOS TEÓRICOS DO INSTITUCIONALISMO NEOLIBERAL APLICADOS À ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA

O liberalismo clássico é tido como a base para as demais (e mais recentes) vertentes do liberalismo (CASTRO, 2012). Segundo Castro (2012), o liberalismo clássico, simplificado, é o contraponto às premissas realistas nos seus formatos mais variados. Ontologicamente, a versão clássica do liberalismo – também conhecida como idealismo – considera como o seu objeto de análise deveria ser. Ademais, valoriza o progressismo e o otimismo na natureza humana, na defesa de responsabilidades comuns, da força jurídica e das possibilidades e vantagens da cooperação e ação multilateral no âmbito internacional (CASTRO, 2012). Ou seja, nega as premissas clássicas atribuídas ao realismo acerca do egoísmo da natureza humana e, assim, também do Estado.

O ambiente do pós-Guerra Fria traz releituras das premissas acerca da interdependência e da cooperação entre Estados defendidas nas clássicas teorias liberais. Ao mesmo tempo em que mantém o núcleo liberal, as novas teorias, agora chamadas neoliberais, aderem a um maior rigor científico em relação a sua vertente mãe, e compartilham pressupostos estabelecidos pelo neorealismo, tais como a primazia do Estado enquanto ator (apesar de não excluírem a importância de outros atores) e a condição anárquica do sistema internacional.

Nesse sentido, mais especificamente, nosso recorte se dará em torno da vertente institucionalista neoliberal das Relações Internacionais. Tal escolha foi feita devido a já comum comparação entre o neorealismo e o institucionalismo neoliberal (JERVIS, 1999; KEOHANE; MARTIN, 1995). Para os teóricos institucionalistas neoliberais, os Estados são egoístas e racionais; o sistema é anárquico (não há imposição hierárquica de acordos); a cooperação só ocorre se os Estados compartilham interesses em comum; o conceito liberal wilsoniano de segurança coletiva²⁰ é equivocado; e não há aspiração de transformar o sistema internacional, como o fazem os teóricos críticos (KEOHANE; MARTIN, 1995). Assemelham-se, portanto, nesses aspectos, aos teóricos neorealistas das Relações Internacionais.

²⁰ O conceito, apresentado por Woodrow Wilson, no pós Primeira Guerra Mundial, propõe um sistema internacional baseado na responsabilidade de todos os Estados pela segurança, integridade territorial e independência política coletiva (AZAMBUJA, 1995)

Porém, apesar das congruências, colocam-se em oposição ao realismo ao: considerar que os Estados nem sempre buscam ser a força militar mais poderosa do sistema (a hegemonia não é, sempre, o fim), mesmo que tenham capacidades de perseguir essa meta; considerar que existem outros atores importantes para além dos Estados; não visualizar uma clara hierarquia entre assuntos securitários e assuntos econômicos e sociais; e criticar suas generalizações, opondo-se à adição de qualificações posteriores às retóricas universais, quando confrontados com contradições e anomalias (KEOHANE; MARTIN, 1995; KEOHANE; NYE, 2012). Ao contrário, de acordo Keohane e Martin (1995), o institucionalismo estabeleceria previamente as condições sob as quais as premissas se aplicariam, evitando o dito universalismo.

Assim, em relação às instituições, o institucionalismo estabelece, de antemão, que elas só se desenvolvem e facilitam a cooperação em situações nas quais há interesse dos Estados (ou das elites desses Estados) nos benefícios dessa cooperação. Em casos onde esse interesse é nulo, não é esperado que elas se desenvolvam. Segundo os autores, “Nós concluímos que instituições às vezes importam, e é uma tarefa digna da ciência social descobrir como, e sob quais circunstâncias, esse é o caso²¹” (KEOHANE; MARTIN, 1995, p. 40, tradução nossa). Nesse sentido, criticam as previsões realistas que estabelecem que, sem ameaças securitárias, instituições internacionais tenderiam a se desintegrar. O fazem, pois questionam: se não há confiança nas instituições e elas não são importantes para os Estados, porque, então, os governos ainda insistiriam em investir nelas?

Para responder à questão, Keohane e Nye (2012) formularam a teoria da interdependência complexa, no livro *Power and Interdependence*. Aceitando que um modelo não pode se encaixar em todas as situações, os institucionalistas neoliberais se propõem a abdicar da universalidade e buscar explorar em quais condições esse ou aquele modelo teria mais probabilidade de estar correto. Como colocam os autores (2012, p.4), “Nós devemos desenvolver modelos, ou ferramentais intelectuais, diversas, mas potencialmente complementares, para captar a realidade da interdependência na política internacional contemporânea”.

Nesse sentido, o campo teórico das Relações Internacionais é considerado como um espectro, no qual o neorealismo se encontraria em um extremo, e a interdependência complexa em outro (KEOHANE; NYE, 2012). Ambos os modelos são tidos como representações de tipos ideais, e, de acordo com Keohane e Nye (2012), a maioria das

²¹ No original: *We conclude that institutions sometimes matter, and that it is a worthy task of social science to discover how, and under what conditions, this is the case.*

situações se encaixaria em algum lugar entre esses extremos. Porém, para os autores, frequentemente a interdependência complexa provê um retrato mais adequado da realidade.

Para essa teoria, atores para além dos Estados importam. Nela, considera-se que existam diversos canais de contato nas redes de relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais (a última implicando assumir que os Estados não são as únicas unidades de impacto). Multinacionais, por exemplo, seriam atores de impacto nas negociações internacionais tanto enquanto agentes independentes, quanto como instrumentos utilizados pelos governos, participando nas redes de comunicação. A participação desses outros atores na política internacional faria com que a manipulação da interdependência pelos agentes do Estado seja mais complicada: faz-se necessário considerar fatores diversos alheios à estrutura do Estado na execução na agenda (KEOHANE; NYE, 2012).

Ademais, não existiria hierarquia na agenda de interesses (discutir assuntos militares, por exemplo, não seria necessariamente uma prioridade) ou distinção clara entre assuntos domésticos e assuntos internacionais. Em uma situação de interdependência complexa, as agendas dos governos seriam afetadas por problemas domésticos e internacionais causados pelo crescimento econômico e por consequências das relações de dependência. Ainda, tópicos distintos seriam motores de coalizações distintas e envolveriam diferentes níveis de conflito (KEOHANE; NYE, 2012).

Assim, em um sistema onde existam diversos atores, com interesses múltiplos e distintos, formando coalizões transgovernamentais e transnacionais, o potencial de barganha proveniente de organizações internacionais é maior (do que em um sistema neorrealista no qual os assuntos securitários são a prioridade e os Estados são os únicos atores de impacto). Nesse sistema, as organizações internacionais são arenas que facilitam a articulação política e os governos podem utilizar-se dessas arenas para introduzir suas agendas e mobilizar outros atores (KEOHANE; NYE, 2012).

Essas são, portanto, as primeiras características da interdependência complexa: multiplicidade de canais de contato entre atores, ausência de hierarquia nas agendas estatais, diferentes possibilidades de coalizão e relevância das organizações internacionais enquanto arenas de coordenação política. Partir delas implica que se pensem as relações internacionais a partir de países que são mutuamente dependentes uns dos outros e que engajam em situações caracterizadas por efeitos recíprocos. A dependência aqui apresentada acarreta na existência de custos e benefícios envolvidos na relação entre as partes, não sendo ela, necessariamente, positiva para todos (KEOHANE; NYE, 2012).

Nesse sentido, a interdependência é medida através de dois fatores principais: a sensibilidade de curto prazo e a vulnerabilidade de longo prazo. A sensibilidade refere-se à quantidade e à velocidade com que ocorrem os efeitos da dependência mútua. Ou seja, o quanto mudanças em um país, ou em uma parte do sistema, afetam outro país, ou outra parte desse sistema. A vulnerabilidade, por sua vez, refere-se aos custos relativos de se modificar a estrutura de um sistema de dependência. Isso significa que, quanto menos vulnerável um país é, menores são seus custos relativos para alterar uma situação de dependência em relação a outro país. Nessa lógica, ser menos vulnerável acarreta em maior poder no sistema internacional do que ter uma menor sensibilidade (NYE, 2010).

Uma relação de dependência também pode ser avaliada em termos de simetria. Uma relação simétrica envolve duas partes com poderes relativamente balanceados. Uma relação assimétrica, por sua vez, implica que uma parte é menos dependente que a outra e, por isso, pode possuir mais poder nessa relação. Assim, a partir dessa perspectiva, manipular as assimetrias das relações de interdependência tem grande importância na gestão do poder econômico (NYE, 2010), visto que é a assimetria que faz com que um ator seja mais influente que outro em uma relação (KEOHANE; NYE, 2012).

Em suma, destacam-se as seguintes premissas da interdependência complexa:

- 1) O sistema internacional é anárquico e caracterizado pela interdependência entre atores.
- 2) Não apenas os interesses dos Estados importam no cálculo da interdependência; outros atores também se relacionam no âmbito internacional de forma a impactar nas relações de dependência entre Estados.
- 3) Organizações internacionais são arenas de coordenação política entre atores; facilitam a articulação de interesses.
- 4) A interdependência entre dois Estados pode ser medida através de seus níveis de sensibilidade e de vulnerabilidade.
- 5) Interdependências assimétricas são fontes de poder entre atores: quanto menos vulnerável for um país em sua dependência para com outro, mais poder ele tem no sistema internacional.

Partindo dessas premissas, Keohane e Nye (2012) apresentam quatro modelos que consideram diferentes mudanças capazes de alterar os regimes internacionais, cenário no qual os processos econômicos internacionais ocorrem. São eles mudanças: i) em processos econômicos; ii) na estrutura de poder do mundo; iii) na estrutura de poder dentro de assuntos

específicos; e iv) no poder afetado por organizações internacionais. Na seção abaixo, expor-se-á a dinâmica desses modelos e suas relações com o caso chinês.

3.2.1 Modelos da interdependência complexa na análise da ascensão chinesa

O modelo de explicação de transformações no regime internacional via processos econômicos começa com mudanças econômicas e tecnológicas no sistema global. Crescimento econômico, aumento substantivo dos fluxos comerciais e monetários, inovações nas comunicações, transportes e armamentos aliam-se a criação de acordos e instituições para lidar com essas transformações rápidas (KEOHANE; NYE, 2012). A partir desse contexto, o modelo de Keohane e Nye (2012) considera as seguintes premissas:

- 1) Mudanças tecnológicas e aumento da interdependência econômica tornam regimes internacionais existentes obsoletos, incapazes de lidar com o nível mais elevado dos fluxos e a relevância de novos atores.
- 2) Governos ficam altamente sensíveis a demandas domésticas por padrões de vida mais elevados (o PIB será um indicador crucial).
- 3) Os fluxos de bens, capital e trabalho geram um grande agregado econômico que incentiva os governos a modificarem e recriarem regimes internacionais eficientes.

Considerando esses fatores – a interdependência econômica e as demandas da sociedade civil – os governos terão que balancear os custos e benefícios de lutar contra a dependência ou permitir o aumento dela. Se considerarem os custos da autonomia (ao crescimento) econômico maiores do que seus benefícios, os Estados evitarão atacar a ordem vigente (KEOHANE; NYE, 2012). Simplificadamente, o modelo considera que, após transformações nos processos econômicos, a instabilidade do sistema internacional aumenta, seus regimes deixam de ser eficientes, e é possível que os Estados optem por conflitos para alterar a ordem internacional e quebrar suas situações de interdependência. No entanto, os custos ao crescimento econômico, geralmente, se mostram altos demais, fazendo com que os atores se adaptem aos novos regimes criados, aceitando possuir menos autonomia.

Por sua vez, o modelo explicativo que considera mudanças na estrutura de poder global parte de um caso no qual processos econômicos vão erodindo uma situação de hegemonia no sistema internacional. Sendo assim, mudanças na estrutura de poder poderiam ocorrer sem que sejam necessárias guerras, visto que o líder sistêmico iria, naturalmente, perdendo sua

força. É um modelo que faz mais sentido em conjunturas nas quais assuntos militares estão no topo das agendas dos Estados. A sequência lógica é a que segue:

Antigamente, a guerra era a fonte de mudança estrutural mais importante. Como prevê a teoria realista, o Estado possuidor de maior poderio militar se sobreporia aos demais. Nesse sentido, os estadistas tomariam suas decisões sobre a política internacional considerando sua capacidade militar relativa. Assim, mudanças nas capacidades militares alterariam a estrutura de poder do sistema internacional e, também, as regras do sistema (os regimes internacionais, por assim dizer, mesmo que os teóricos neorrealistas não utilizem desse conceito) (KEOHANE; NYE, 2012). Nessa perspectiva, é a competição é a força que move os Estados nessa perspectiva e a guerra o caminho da mudança.

O modelo considera que o ator mais poderoso do sistema molda as regras (ou regimes) político-militares a seu favor, o que se espalha para os regimes econômicos, em uma situação de hegemonia, como foi o caso da Grã-Bretanha durante a Pax Britânica (KEOHANE; NYE, 2012). A imposição desses regimes não, necessariamente significa o uso da força e essa liderança não obrigatoriamente implica a insatisfação dos demais atores do sistema.

A chave das transformações sistêmica estaria nos próprios processos econômicos que a estabilidade do regime moldado pelo *hegemon* possibilitou, visto que os Estados secundários passam a se desenvolver e desejar mais autonomia. Dessa forma, o sistema fica instável. Há emergência de nacionalismos, autarquias, e prioridade ao bilateralismo. Por fim, se ocorre de, concomitante a esse processo, o *hegemon* se enfraquecer também, a estrutura do sistema é transformada, e também o são seus regimes (KEOHANE; NYE, 2012).

Ou seja, nesse modelo, primeiro, há um Estado hegemônico devido a suas capacidades político-militares e que, em razão disso, molda também os regimes econômicos internacionais. A estabilidade provida por esse sistema, no entanto, desencadeia processos econômicos nos demais Estados, fazendo com que eles busquem quebrar suas situações de dependência. A erosão da estabilidade hegemônica faria, então, com os regimes internacionais vigentes se desintegrassem.

O terceiro modelo se refere a situações nas quais o poder em determinada área da política internacional é distribuído de forma muito distinta de todo o resto. Suas premissas são as que seguem:

- 1) O custo do uso da força é muito alto e assuntos securitários não estão no topo das agendas dos governos.

- 2) Assuntos internacionais distintos têm estruturas políticas diferentes (capacidades econômicas em uma área podem não ser relevantes à outra, por exemplo) que variam em sua conexão com a distribuição geral de capacidades.
- 3) Países com maior poder na área específica em questão irão moldar os regimes da área em questão.
- 4) Tentativas de conexão entre áreas não trarão bons resultados, visto que os recursos provedores de poder em uma área não se aplicarão a outras.
- 5) Atores que participam de regimes vigentes legitimam o regime em questão, mesmo que existam pequenos desacordos. Nessa situação, governos buscam adquirir vantagens através de assimetrias na sensibilidade (velocidade dos impactos da interdependência), pois não conseguem alterar questões de vulnerabilidade (custos para alterar relações de dependência).
- 6) Atores que agem com o objetivo de desenvolver novos regimes buscam reestruturar o regime em questão. Nesse caso, os atores visam transformar suas vulnerabilidades em relação a determinado ator.

Em suma, o modelo em questão é melhor aplicado a países que são relevantes em assuntos internacionais específicos, mas que possuem pouco impacto em outros. Aqui, o sistema internacional não tem um ator hegemônico, mas Estados mais fortes em determinadas áreas e que, ao perseguir seus interesses, irão impor suas regras aos Estados com menos força. A análise, nesse caso, é feita acerca de regimes específicos, individualmente. Se o regime em questão for amplamente aceito, questões de sensibilidade importarão mais, pois o ator que se beneficia desse regime impacta de maneira rápida os demais atores da relação. Já quando os regimes são questionados, as relações passam a depender dos diferentes níveis de poder, ou seja, das assimetrias em termos de vulnerabilidade, pois os Estados em disputa tentam criar alternativas às regras vigentes.

No último modelo, as relações internacionais na interdependência complexa sofrem impacto direto das organizações internacionais, sendo essas: conexões, normas e instituições que prescrevem o comportamento dos atores em determinadas situações, associados a um regime específico (KEOHANE; NYE, 2012). Nesse sentido, os governos se conectam não apenas através de relações oficiais, mas em muitos níveis abaixo, e essas conexões são reforçadas por organizações internacionais. O modelo considera que, depois de estabelecidas as redes, normas e instituições de uma ordem internacional, será difícil erradicá-las ou transformá-las. Assim,

Regimes são estabelecidos e organizados de acordo com a distribuição das capacidades [sendo implementados pelos Estados com mais poder na área], mas subsequentemente, as redes, normas e instituições relevantes vão elas mesmas influenciar as habilidades dos atores de usarem essas capacidades (KEOHANE; NYE, 2012, p. 47).

Dessa forma, mesmo que as condições expostas nos modelos anteriormente apresentados se concretizem (ocorram mudanças nas capacidades dos Estados e eles busquem alterar a ordem internacional), os regimes internacionais não iriam ser alterados, pois sua existência estaria acima disso (KEOHANE; NYE, 2012). É, portanto, um modelo para explicar o porquê de as premissas dos modelos estruturais às vezes falharem: se os regimes não se alteram conforme se modificam as capacidades dos Estados, então apenas a distribuição de poder é insuficiente para se pensar o futuro da ordem internacional.

Nesse modelo, então, organizações internacionais impactam nas capacidades dos governos e o Estado mais poderoso do sistema não necessariamente define os regimes. É, segundo os autores, um modelo mais complicado que os estruturais, pois implica considerar que as mudanças nos regimes internacionais são produto das estratégias e atuações dos atores a partir das organizações internacionais.

Especificamente, considerando a interdependência complexa em questão à ascensão contemporânea da China, na análise de Nye, em *American and Chinese Power after the Financial Crises* (2010), identificou-se o seguinte problema de pesquisa: terá a crise de 2008 afetados os Estados Unidos a ponto de ele ser ultrapassado pela China não somente em termos militares, mas em termos econômicos e de *soft power*? A hipótese do autor é de que, devido à competitividade norte-americana, proveniente de fatores como flexibilidade do mercado de trabalho, altos níveis de educação, estabilidade política, abertura à inovação, além de liderança em termos de tecnologia, os Estados Unidos permaneceriam à frente da China em termos de poder (vantagem na assimetria da interdependência) nas próximas décadas.

Partindo da premissa de que a interdependência envolve sensibilidade e vulnerabilidade, Joseph Nye (2010) considera improvável que a China venha buscar competir com os Estados Unidos por uma hegemonia global. Isso acontece porque não seria de interesse de nenhuma das partes romper com a simetria de sua relação visto os grandes custos econômicos para ambos os lados. A relação de interdependência entre os dois países estaria moldada da seguinte forma: os Estados Unidos aceita as importações chinesas em seu território e paga a China em dólares, enquanto a China segura esses dólares consigo e faz empréstimos aos Estados Unidos. Assim, na visão do autor, se de um lado a chineses teriam vantagem sobre os norte-americanos pela possibilidade de vender seus dólares, por outro eles não poderiam

arriscar perder as importações feitas pelos Estados Unidos. Para Nye (2010, p.148), a situação corrente entre China e Estados Unidos revela um balanço de terror financeiro, visto os riscos de destruição mútua.

Ademais, importa também a questão da democratização, no sentido de que os neoliberais veem como insuficiente o sistema político chinês, não democrático (NYE, 2010). A democratização da China seria, então, mais um reforçador de sua ação conservadora do *status quo*, visto a maior improbabilidade de países democráticos entrarem em guerra entre si afirmada pela teoria liberal (FRIEDBERG, 2005). Para Nye (2010, p.150), o sistema de governo não democrático da China, o qual ainda não teria soluções para o crescente problema de demanda por participação política advindo do crescimento da renda média da população, como uma das razões da impossibilidade de a potência asiática tornar-se superior à norte-americana.

Nye (2010) apresenta as projeções acerca da ascensão da economia chinesa e sua conseguinte superação da economia norte-americana como a base de sustentação dos argumentos de outros autores sobre o fim da liderança global dos Estados Unidos. Questionando a predição de que a crise financeira de 2008 teria sido o início do declínio do poderio estadunidense, Nye (2010) utiliza da história para defender que hegemonias – como a Inglaterra do século XVIII ou Roma séculos após o fim do seu apogeu – não sucumbem rapidamente depois de crises, mantendo ainda uma sobrevida. Ou seja, mesmo que os Estados Unidos não estejam mais no auge de seu poder, ainda lhes resta tempo na liderança do sistema. Nesse caso, nota-se a utilização da sequência lógica do segundo modelo, apresentado acima, no qual transformações econômicas levam a criação de novos regimes apenas quando há erosão da antiga hegemonia.

Para Nye (2010), a expansão da cultura chinesa para o resto do mundo é um fator importante a ser observado, visto ser uma ferramenta de ampliação do *soft power* chinês. Considerando as afirmações de que o *soft power* chinês está crescendo na Ásia e em outras partes do mundo desenvolvido, Nye (2010) afirma que, embora o Estado chinês venha tentando aumentá-lo sobre os demais países do globo, ele não está tendo sucesso em todos os aspectos. Mesmo que o “Consenso de Beijing²²” traga a ideia de que o modelo de governo autoritário com uma economia de mercado estaria se tornando mais atraente para os países em desenvolvimento, para o autor, o modelo autoritário chinês teria apelo apenas em outros

²² Esse consenso seria caracterizado pela inovação no centro do desenvolvimento; rejeição de medidores tradicionais de desenvolvimento (como o PIB); e pela autodeterminação dos interesses da nação, eliminando a subordinação às potências hegemônicas (RAMO, 2004, P. 11-12 *apud* PESTANA, 2013).

países autoritários, e não em países democráticos (NYE, 2010). Em sua visão, por outro lado, os Estados Unidos ainda manteriam seu *soft power* de forma muito mais relevante que a China, isso porque, coloca Nye (2010, p. 146)

Grandes potências tentam usar cultura e narrativa para criar *soft power* que lhe promova vantagens, mas muito dele é criado pela sociedade civil em vez do governo. O *soft power* americano baseia-se em uma variedade de recursos que vão desde Hollywood até Harvard; de Maddona até a Gates Foundation; dos discursos de Martin Luther King até a eleição de Barack Obama. Não é fácil para os governos vender o charme de seu país se sua narrativa é inconsistente com as realidades domésticas. Nessa dimensão, exceto por seu sucesso econômico, a China ainda tem um longo caminho a seguir²³.

Ele destaca, nesse aspecto, o aumento do intercâmbio de estudantes para dentro e para fora da China, a criação de centenas de Institutos Confúcio²⁴ ao redor do mundo, e o investimento em mídias sociais de amplo alcance. Confronta, no entanto, a ideia de que essas investidas de *soft power* estariam tendo sucesso, visto a percepção de que a China teria uma imagem positiva apenas na África e algumas partes da Ásia, enquanto no resto da Ásia, nas Américas e na Europa, essa visão seria neutra ou negativa (NYE, 2010). Ou seja, o autor afirma que, apesar do sucesso econômico, a China ainda não obteve sucesso político.

Também considera o recente crescimento na participação chinesa em organizações multilaterais, como a entrada na OMC, e o investimento em acordos regionais, como fatores de relevância. Ademais, o aumento da participação em operações de paz, além da resolução de antigas disputas territoriais, teria auxiliado a China a transformar visões receosas a seu respeito (NYE, 2010).

Em suma, a aplicação da teoria ao caso chinês por Nye (2010) se mostra uma combinação dos fatores trazidos nos modelos apresentados por Keohane e Nye (2012), considerando sempre as premissas da interdependência complexa. Nota-se que Nye (2010) parte de um sistema internacional que é coordenado pelos Estados Unidos da América e que haveria uma disputa por influência na relação China-EUA. Ademais, o sistema tenderia a continuar estável, pois a China, apesar de estar passando por importantes processos econômicos, ainda teria que lidar com as demandas de sua crescente classe média, não tendo, ainda, força política

²³ No original: *Great powers try to use culture and narrative to create soft power that promotes their advantage, but much of it is created by civil society rather than government. American soft power rests on a variety of resources that range from Hollywood to Harvard; from Madonna to the Gates Foundation; from Martin Luther King's speeches to Barack Obama's election. It is not easy for governments to sell their country's charm if their narrative is inconsistent with domestic realities. In that dimension, except for its economic success, China still has a long way to go.*

²⁴ Os Institutos Confúcio são instituições de ensino de língua e cultura chinesa, financiados pelo governo chinês, instalados em centenas de países do mundo. Geralmente atuam em convênios com universidades nos países em que se instalam, facilitando o intercâmbio de estudantes e professores com a China.

internacional para engajar as demais nações do globo a seu favor. Os EUA, por sua vez, não estariam enfraquecendo em sua liderança.

4 COMPARAÇÃO DOS MODELOS TEÓRICOS NEORREALISTAS E INSTITUCIONALISTAS NEOLIBERAIS APLICADOS À ASCENSÃO CONTEMPORÂNEA DA CHINA

Após apresentadas as perspectivas sobre o caso chinês, retornamos à pergunta norteadora da presente pesquisa: *como as ferramentas das vertentes teóricas neorrealista e institucionalista neoliberal das Relações Internacionais são aplicadas à ascensão contemporânea da China no ambiente internacional?* O objetivo de respondê-la era buscar seus pontos de convergência, divergência, seus méritos e seus limites enquanto modelos explicativos para o caso chinês.

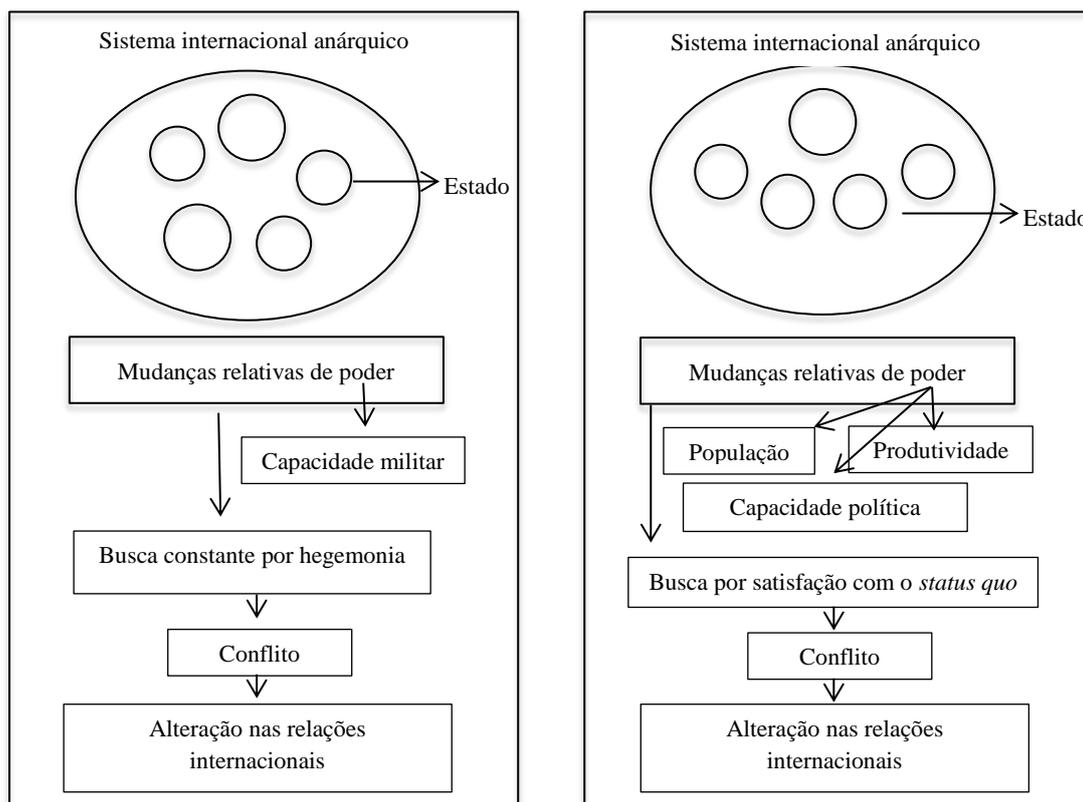
Assim, neste capítulo conclusivo, buscar-se-á, primeiramente, sistematizar as conclusões sobre a ascensão da China a partir das duas vertentes trabalhadas ao longo dessa monografia. Em seguida, será feita uma avaliação das perspectivas de forma a considerar quais os fatores priorizados por cada vertente teórica, qual o contexto de sua produção e quais alternativas a seus limites existem no campo das Relações Internacionais. Por fim, com o objetivo de deixar o debate mais concreto, buscar-se-á transpor o debate teórico aos acontecimentos recentes das relações internacionais.

4.1 CONCLUSÕES SOBRE A ASCENSÃO CHINESA A PARTIR DO REFERENCIAL NEORREALISTA

Partindo da base do pensamento neorrealista nas Relações Internacionais – de que a estrutura do sistema internacional molda as relações internacionais – dois modelos teóricos foram analisados e aplicados ao caso chinês: o neorrealismo ofensivo e a Teoria da Transição de Poder. Ambos os modelos, apesar de considerarem elementos intermediários distintos, partem da estrutura do sistema internacional e chegam à mesma conclusão final: o aumento relativo de poder da China em relação aos Estados Unidos fará com que haja um embate entre as duas potências.

Em comum nas duas há que, em um ambiente internacional anárquico, mudanças na balança de poder fazem com que haja conflito. O detalhe na Teoria da Transição de Poder, no entanto, é que o sistema internacional só seria anárquico se a potência que está acumulando mais poder não estiver satisfeita com o *status quo*. Para o neorrealismo ofensivo, por sua vez, sempre há competição.

Figura 1 – Comparação dos modelos teóricos neorrealistas



Fonte: elaboração própria, com base em Mearsheimer (2001) e Kugler; Lemke; Tammem (2017)

Como vemos na Figura 1, em resumo, temos que, no modelo do neorrealismo ofensivo: o sistema internacional é anárquico; os Estados estão em constante competição; as mudanças no nível de poder (militar) de um Estado afetam a balança global de poder; e conflitos entre os Estados ocorrem pela constante busca por hegemonia no sistema. Já no modelo da Teoria da Transição de Poder: o sistema internacional é anárquico quando não há satisfação das Grandes Potências com o *status quo*; o sistema internacional é hierárquico; as mudanças no nível de poder (população, produtividade e capacidade política) de um Estado afetam a balança global de poder; conflitos acontecem quando há insatisfação da parte do Estado que está ganhando poder.

Tendo em vista essa cadeia lógica, a China – um ator estatal inserido em um sistema anárquico – estaria em busca de fazer-se hegemônica, ou de transformar o *status quo* a seu favor. Considerado seu crescimento e acúmulo de poder nas últimas décadas (e conjecturando a continuidade desse processo) seria possível que ela desafiasse o atual líder do sistema internacional, os Estados Unidos. Ademais, considerando o processo histórico de ascensão de potências no sistema internacional, além do passado chinês

como centro do sistema asiático (e a tendência a querer retornar a esse estágio), seriam reforçadores da tese de que a China busca transformar o *status quo*.

No entanto, a China estaria insatisfeita com o *status quo*? Os discursos oficiais do governo chinês declaram que não, visto a defesa necessária do conceito de “ascensão pacífica” para que a China continue em seu processo de crescimento e modernização. Porém, na visão de Mearsheimer (2011), o que é dito pelos líderes políticos não importa de fato, pois não implica confiabilidade, visto que as ações externas dos Estados comumente fogem do que prometem suas declarações oficiais. Um exemplo é a atuação chinesa no Mar Sul da China, onde a presença militar chinesa se mantém em contraposição à norte-americana, mesmo que os líderes chineses afirmem não buscar a hegemonia regional da Ásia.

Mesmo assim, a constante adesão chinesa às instituições internacionais não auxilia o argumento de sua insatisfação. Apesar de a China estar ganhando poder – tanto militar, quanto em termos de população, produtividade e capacidade política – ela ainda não estaria se mostrando insatisfeita com o *status quo*, abertamente buscando integrar-se às instituições internacionais vigentes. Assim, como coloca a Teoria da Transição de Poder, a satisfação seria chave para compreender a propensão ao conflito no sistema internacional. Dessa forma, enquanto os regimes internacionais não se mostrarem de veras desfavoráveis aos objetivos chineses, não haveria razão para que a China desafiasse a liderança norte-americana.

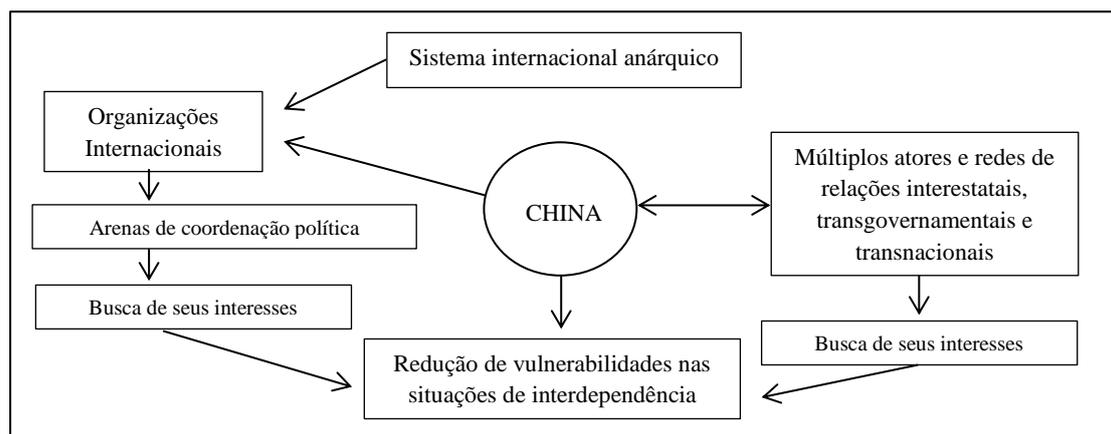
Essa seria, portanto, uma das razões pelas quais ainda não se presenciou conflitos diretos entre as duas potências. Nessa lógica, no momento em que a ordem liberal coordenada pelos Estados Unidos se tornar muito prejudicial às vontades chinesas, e ela for detentora de poder suficiente, é mais possível o conflito aconteça. Ademais, de acordo com a TTP, por mais que a adesão a organizações internacionais seja um bom indicador de satisfação, a área de cooperação de real relevância para evitar conflitos é a securitária, na qual a China e os Estados Unidos mantêm-se distantes.

4.2 CONCLUSÕES SOBRE A ASCENSÃO CHINESA A PARTIR DO REFERENCIAL INSTITUCIONALISTA NEOLIBERAL

No segundo caso, as características principais da interdependência complexa nos explicam como a China se comporta para a teoria institucionalista neoliberal. Nesse sistema, o país (e os demais atores que o compõem), inserido em um ambiente

anárquico, age de acordo com seus interesses, considerando suas relações de dependência. Como vimos anteriormente, o poder de um Estado é medido aqui através das assimetrias em suas relações. Assim, a cooperação torna-se um ato de auto interesse que visa o objetivo final de reduzir os níveis de sensibilidade e vulnerabilidade nas relações de dependência entre atores, lhe proporcionando mais autonomia. Sua inserção no sistema internacional se configuraria, então, nos moldes da figura abaixo.

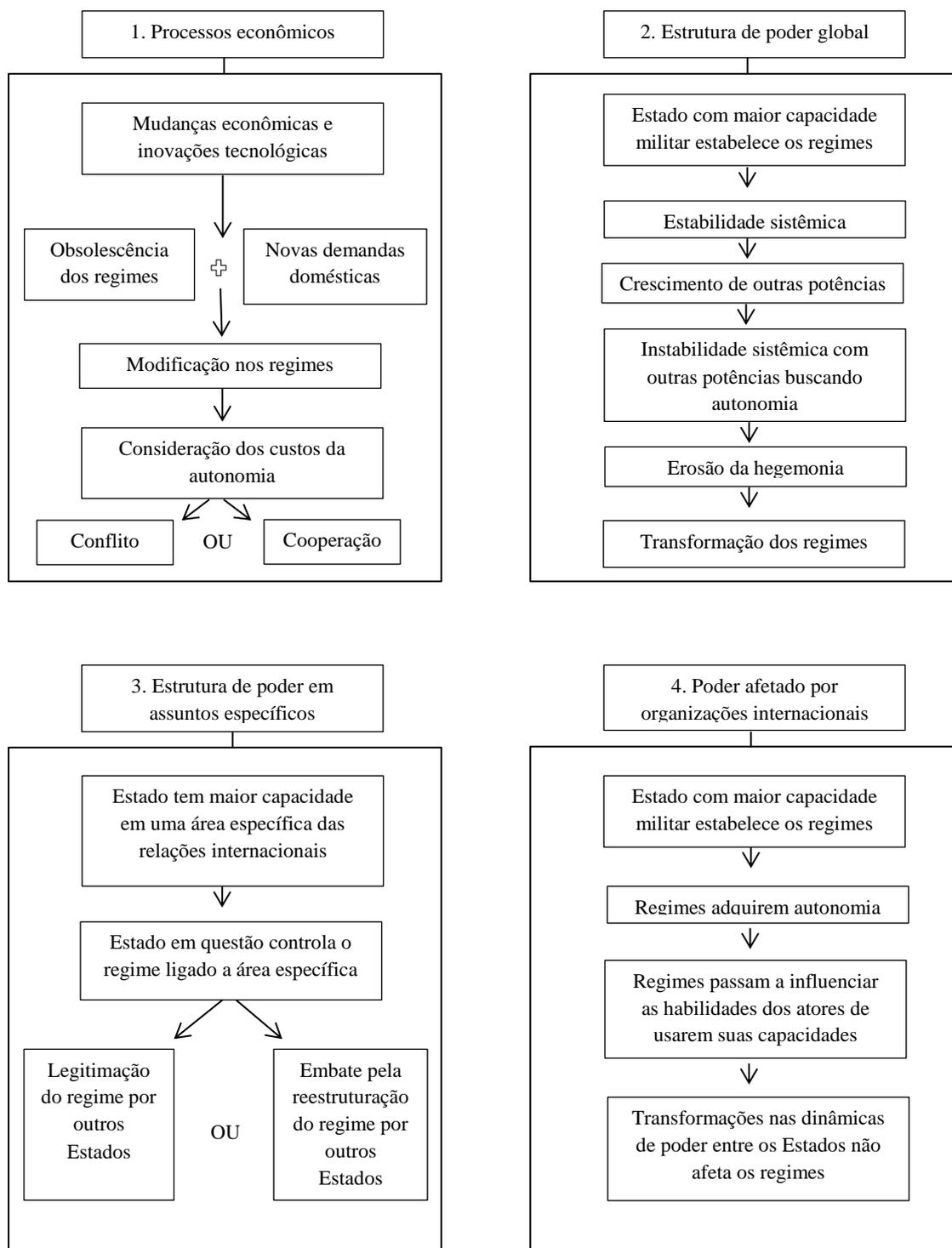
Figura 2 – A China em um sistema caracterizado pela interdependência complexa



Fonte: Elaboração própria.

A partir dessa dinâmica sistêmica, Keohane e Nye (2012) formularam os quatro modelos expostos na seção acima, os quais apresentam possibilidades de cenários de mudanças estruturais no sistema internacional. Dessa maneira, partindo da forma de interação na interdependência complexa, é possível considerarmos meios pelos quais a China seria capaz de alterar a estrutura dos regimes internacionais. De acordo com os autores, o ideal é que se parta de um dos modelos (sistematizados na Figura 3), mais adequado à situação, e se vá adicionando a ele complexidades.

Figura 3 – Os modelos teóricos da interdependência complexa



Fonte: Elaboração própria, com base em Keohane e Nye (2012)

A partir deles, é possível pensarmos algumas questões acerca da ascensão contemporânea da China em um sistema moldado pela interdependência complexa. Utilizando as premissas do segundo modelo, de caráter estrutural, considera-se os

Estados Unidos como o Estado com maior capacidade militar, o qual, após a Segunda Guerra Mundial, participou ativamente da construção dos regimes internacionais vigentes (IKENBERRY, 2004). A estabilidade sistêmica proveniente disso teria, então, permitido que outras nações se desenvolvessem, vide a ascensão dos países emergentes e a formação de novas potências, como a China.

Pode-se, então, partir do cenário atual, no qual a China vem transformando-se em termos econômicos. Nota-se que, como estabelece o primeiro modelo, essa dinâmica vem fortalecendo uma nova classe média, a qual demanda estabilidade e continuidade no processo de crescimento econômico chinês (KISSINGER, 2012). Nesse sentido, o que seguiria seria a busca do governo chinês pela alteração dos regimes internacionais que estivessem atrasando a continuidade do seu ritmo de crescimento. Vemos aqui referências à criação de novas instituições econômicas, tais como o *Asian Infrastructure Investment Bank* (AIIB), como vias alternativas às organizações econômicas já existentes.

No entanto, como colocado por Nye (2010), a China ainda não teria força para modificar os regimes internacionais, porque os Estados Unidos, segundo o autor, ainda não estariam enfraquecidos a ponto de perder sua liderança sistêmica. Ademais, os custos para autonomia chinesa em relação aos Estados Unidos seriam altos demais, devido à sua relação intrincada de interdependência.

Em relação ao terceiro modelo, considera-se não ser o caso da China o controle de regimes internacionais específicos. Do quarto modelo, no entanto, podemos aproveitar suas considerações ao partir de um sistema no qual os regimes foram moldados pelos Estados Unidos, os quais, mesmo após a possível erosão do seu controle, irão resistir e influenciar as novas grandes potências que neles se inserirão.

4.3 CONVERGÊNCIAS, DIVERGÊNCIAS, MÉRITOS E LIMITES DAS PERSPECTIVAS APLICADAS AO CASO CHINÊS

Explicitadas as conclusões de ambos referenciais, parte-se para sua comparação. Teorias são, para os acadêmicos, como lentes que permitem analisar um objeto de estudo. Dessa forma, avaliadas as características do objeto, deve-se procurar a lente mais adequada para examinar determinado fenômeno. Como coloca Betts (2009), teorias servem diferentes propósitos e podem funcionar mais, ou menos, que outras em

contextos específicos; não são, portanto, aplicáveis universalmente. Ademais, dependendo do que se está mais interessado em descobrir, certas ferramentas teóricas são mais úteis que outras.

Nesse sentido, podemos iniciar percebendo as convergências entre as perspectivas expostas. Como colocam Keohane e Nye (2012), é possível notar, tanto o neorrealismo, quanto a interdependência complexa, como parte de um mesmo espectro, posicionadas, entretanto, em lados opostos. Seriam, portanto, dois tipos ideais do sistema internacional, nos quais podemos tentar encaixar situações passadas e presentes para atribuir-lhes sentido.

O positivismo é a primeira das convergências entre as duas teorias aqui apresentadas. Como exposto anteriormente, o campo teórico das Relações Internacionais pode ser analisado a partir da existência de três grandes debates, sendo o último e mais recente deles – entre positivistas e pós-positivistas – o ponto de conexão que aqui merece destaque. Tanto o neorrealismo, quanto o institucionalismo neoliberal, compreendem o fazer ciência no campo das Relações Internacionais a partir da concepção de premissas baseadas em constatações empíricas (KRATOCHWILL, 2003). Aceitam, portanto, a possibilidade da existência de relações causais nos processos das relações internacionais e da distância objetiva entre o pesquisador e seu objeto de análise (RATHBUN, 2012).

Mais especificamente, ambas as teorias assemelham-se ao utilizar como ponto de partida um sistema internacional caracterizado pela anarquia. Isso quer dizer que, para as duas perspectivas, os atores que interagem no sistema internacional o fazem sem que haja uma força reguladora em posição hierárquica superior a eles. Não há, portanto, garantias acerca do modo como agirão esses atores e o cenário é de insegurança. Assim, inseridos nesse ambiente anárquico, os Estados (atores mais importantes do sistema para ambas vertentes) agem de maneira egoísta, buscando garantir seus interesses e sua sobrevivência em meio a outros Estados que agem da mesma forma.

São, portanto, visões estadocêntricas do sistema internacional, pois priorizam o Estado como o principal agente condutor das relações internacionais. São, também, visões que partem da estrutura do sistema e consideram como ela molda as ações desses Estados: consideram como o lado de “fora” afeta as ações tomadas no lado de “dentro”. No caso do neorrealismo, a incerteza do sistema anárquico faz com que os Estados estejam sempre em competição (excetuando-se, na TTP, em conjunturas nas quais as Grandes Potências estão satisfeitas com a liderança internacional). Para o

institucionalismo neoliberal, o sistema caracterizado pela interdependência complexa (de intensa conexão entre os atores) faz com que os Estados considerem suas relações de dependência e os custos de quebrá-las na hora de agir. Na segunda vertente, mesmo que se considerem importantes outros atores nas relações internacionais, eles também tem seu comportamento influenciado pela estrutura do sistema.

Com isso em mente, é possível visualizarmos que ambas as perspectivas partem, na avaliação da ascensão contemporânea da China, da consideração do Estado chinês enquanto ator central, estando ele inserido em um ambiente no qual nenhum outro ator lhe impõe hierarquicamente regras. Ou seja, a participação chinesa nas relações internacionais é, como as dos demais Estados, auto interessada. Assim, vê-se que, a partir de ambos os referenciais, temos a China enquanto Estado no centro da análise e suas ações como produto da busca por seu fortalecimento enquanto nação no sistema internacional.

Já no que tange as divergências entre as duas perspectivas, parte-se da noção de que o debate entre neorrealistas e institucionalistas neoliberais se dá, principalmente, em torno do estudo do conflito e da cooperação (JERVIS, 1999). Se observarmos como Mearsheimer (2010), Kugler e Tamen (2004) e Nye (NYE, 2010) aplicam seus referidos modelos teóricos ao caso chinês, vê-se que a principal discordância está no quanto os autores consideram provável que a China opte pela via da cooperação para lidar com suas novas demandas enquanto Grande Potência.

De acordo com Jervis (1999), a discordância entre as duas vertentes teóricas relaciona-se mais com percepção da necessidade do conflito para que os Estados atinjam seus objetivos, do que com a existência de uma relação causal entre instituições e cooperação. Isso significaria dizer que os institucionalistas neoliberais defenderiam uma maior propensão à cooperação nas relações internacionais não por considerarem as instituições internacionais uma força potente e ativa com impacto direto na condução das interações, mas porque o objetivo final dos Estados, para esses teóricos, não é tornar-se a força mais poderosa do sistema (e o meio para chegar lá não é o conflito interestatal) (JERVIS, 1999).

No entanto, como visto no capítulo anterior, no último dos modelos criados por Keohane e Nye (2012), os autores consideram que é possível que exista um cenário no qual as mudanças sistêmicas sejam afetadas diretamente por organizações internacionais. Esse seria o caso quando mudanças na distribuição de poder global não fossem capaz de

alterar os regimes, pois eles já estariam alheios às transferências de poder, funcionando por si mesmos como atores com influência nas ações estatais.

Como mencionado anteriormente, teorias têm funcionalidades específicas: não servirão como ferramentas eficientes para todos os casos. Nesse sentido, pode-se perceber que a formulação teórica do institucionalismo neoliberal volta-se para compreensão de assuntos de economia política internacional (JERVIS, 1999). Como apresenta Gilpin (2002), o aumento dos fluxos de comércio e intercâmbio financeiro e tecnológico elevou a interdependência das economias nacionais, fazendo com que o conteúdo econômico das disputas políticas também aumentasse e o Estado se tornasse um ator responsável por produzir resultados econômicos. Assim, nos modelos institucionalistas neoliberais, as mudanças estruturais do sistema se relacionam com alterações nos processos econômicos e empresas multinacionais são consideradas atores de impacto na política internacional, por exemplo. Há, portanto, uma conexão importante entre os acontecimentos na política internacional e as relações econômicas entre as economias nacionais.

O dito enfoque dado à economia política internacional faz com que as análises feitas por institucionalistas neoliberais considerem elementos econômicos como pontos de relevância para se pensar o futuro das relações internacionais. Por exemplo, Nye (2010), aponta a competitividade norte-americana, proveniente de fatores como flexibilidade do mercado de trabalho, altos níveis de educação, estabilidade política, abertura à inovação, além de liderança em termos de tecnologia, como variável explicativa para que os Estados Unidos mantenham-se na liderança do sistema internacional. Assim, considera que a China ainda não estaria perto de desenvolver os processos econômicos necessários para desestabilizar o sistema ou erodir o poder dos EUA. O crescimento econômico e a inovação tecnológica seriam, portanto, condições necessárias para que a China alterasse suas relações de interdependência, alocando as assimetrias a seu favor.

No caso neorrealista, por sua vez, o enfoque é dado à segurança internacional e às probabilidades relacionadas à guerra. A vertente tem suas raízes na política internacional que se moldava para lidar com os conflitos que emergiam com frequência entre os Estados durante a primeira metade do século XX. Em razão disso, considera em suas premissas um sistema que funciona nessa lógica. A constante competição pela liderança desse sistema, por exemplo, faz sentido em um ambiente no qual o risco de guerra é constante.

Dessa forma, o enfoque das análises neorrealistas é a atividade securitária dos Estados. É por elas que são monitoradas as inclinações dos atores em engajar em disputas pela liderança sistêmica. Por exemplo, como dita a TTP, a participação chinesa em organizações internacionais de cunho securitário, ao lado dos EUA, seria a prova de sua satisfação para o com o sistema. Em razão disso, essa perspectiva acredita que a China – considerada um Estado que, como qualquer outro, busca sua sobrevivência no ambiente anárquico das relações internacionais – estaria equipando-se militarmente para conseguir fazer frente aos Estados Unidos.

Nesse sentido, percebe-se um ponto de divergência entre as duas vertentes que encaminha as suas tentativas de predições para caminhos opostos. Para os institucionalistas neoliberais, que priorizam aspectos econômicos para avaliar a capacidade de um Estado de modificar o sistema, a China ainda é incapaz economicamente de entrar em embate com os EUA pela liderança internacional e os custos para o seu crescimento desse possível confronto, devido às relações de dependência, seriam grandes demais para valer a pena. Para os neorrealistas, por sua vez, ao considerar as capacidades militares como a medida do poder, o constante crescimento de seus investimentos militares mostraria a inclinação do país a buscar impor-se aos demais países e o sistema, de constante competição, incentivaria esse embate.

A partir dessas considerações, destacam-se como méritos da perspectiva institucionalista neoliberal o olhar aprofundado dirigido às relações econômicas internacionais, considerando um sistema internacional globalizado, no qual os Estados e demais atores (como empresas multinacionais e ONGs) interagem simultaneamente em busca de seus interesses. Estão inseridas nas premissas da teoria – e são consideradas variáveis causais – as transformações econômicas e as inovações tecnológicas, vistas como fonte de impacto da alteração das relações de poder entre Estados. Essa lógica nos permite partir para a análise do caso chinês considerando seu desenvolvimento econômico e tecnológico de forma relativa aos demais países do globo. Ademais, torna-se importante, também, considerar os custos do conflito internacional para todos os agentes políticos e econômicos que compõem a China.

No caso do neorrealismo, por outro lado, traz-se como mérito o enfoque atribuído às questões de segurança internacional. Ele nos permite avaliar casos de disputa de poder no quais o elemento securitário é central, como acontece nos atuais embates no Mar Sul da China. Ademais, considera-se aqui uma grande contribuição da

Teoria da Transição de Poder a relação entre a anarquia do sistema e a satisfação dos atores. Essa distinção faz com que se justifiquem casos onde, mesmo com altas capacidades militares, Estados optem por cooperar com o líder sistêmico, pois já se veriam beneficiados pela ordem vigente.

Ademais, a perspectiva estadocêntrica, presente em ambas as teorias, permite uma visão da nação como entidade estratégica, com objetivos que considera vitais, e outros em que é capaz ceder, na arena internacional. Porém, da mesma maneira com que essas questões podem ser consideradas méritos de seus devidos referenciais teóricos, podem, também, acarretar em limitações para a análise. Isso ocorre, como foi exposto anteriormente, porque teorias não são capazes de iluminar todos os aspectos do seu objeto de estudo.

Como colocado, ambas as teorias aqui trabalhadas consideram uma perspectiva estadocêntrica. Porém, a consideração de novos atores permite que sejam feitos novos enquadramentos de análise a partir de outras narrativas que não a do Estado como centro das relações internacionais. Outra questão que pode ser considerada limitante é que a origem e o enfoque de ambas as teorias apresentadas nesse trabalho (as quais predominam no ensino e no estudo das Relações Internacionais no Brasil (BARASUOL, 2012)) é o hemisfério ocidental, mais especificamente os Estados Unidos e a Europa.

A partir das limitações encontradas nas perspectivas aqui apresentadas, cabe apresentar brevemente outras vias teóricas das Relações Internacionais, as quais também possuem ferramentas capazes de contribuir para a análise do caso chinês. Parte-se do pressuposto que os debates teóricos em questão e, portanto, a construção do saber no campo das Relações Internacionais, insere-se no contexto mais amplo do fazer ciência social. Quer-se dizer com isso que, no estudo das Relações Internacionais, devem-se considerar as discussões ontológicas sobre a natureza da realidade e dos elementos que lhe cabem, as quais precedem escolhas epistemológicas e metodológicas tomadas para a análise de problemas do campo (BRANCHER, 2017). Isso significa que prévias às decisões sobre o que somos capazes de conhecer dentro das relações internacionais (epistemologia) e quais as estratégias iremos utilizar para isso (metodologia), deve-se considerar a própria natureza e contexto do conhecimento adquirido (ontologia).

É nesse sentido que o terceiro debate das Relações Internacionais, ao separar as ferramentas teóricas existentes entre positivistas e pós-positivistas, forma dois grupos que concebem a natureza do conhecimento e o que somos capazes de conhecer de forma

distinta. Pereira (2017, p.4), por exemplo, critica a compreensão das relações internacionais como um “sistema fechado”, pois, para a autora, os fenômenos atuais ocorrem em sistemas abertos, nos quais não há previsibilidade.

Assim, dentre alternativas às perspectivas aqui apresentadas, destacam-se as que se baseiam no construtivismo. Por exemplo, Larson (2015) considera que o futuro da ascensão da China no sistema internacional será moldado pela maneira com que ela escolher definir sua identidade relativamente aos Estados Unidos e outras grandes potências. A hipótese da autora, baseada na Teoria da Identidade Social, é que, ao mesmo tempo em que a China busca restaurar seu antigo *status* de grande potência, também busca manter sua cultura e normas, sem ocidentalizar-se. Choo (2009), também partindo de uma perspectiva construtivista, avalia que às perspectivas neorrealistas e neoliberais falta a consideração de como as nações pensam sobre seu próprio poder, pois parte da premissa que crenças individuais impactam o comportamento nacional.

Assim, percebe-se que são múltiplas as maneiras de avaliar teoricamente a ascensão contemporânea da China. Cada qual, ao priorizar determinados fatores, encaminha o futuro das relações internacionais para uma dinâmica distinta. A partir da análise feita acima, percebe-se que isso decorre dos fatores que são priorizados como interesses centrais ou como fontes de motivação da ação dos Estados.

4.4 PROJEÇÃO DAS REFERÊNCIAS TEÓRICAS NOS DEBATES RECENTES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Por fim, de forma a atribuir concretude aos objetivos desse trabalho, buscar-se-á, nesta última subseção, apresentar como é possível identificar ideias neorrealistas e institucionalistas neoliberais nos acontecimentos mais recentes das relações internacionais. Assim, abaixo, buscaremos visualizar como se projetam as referências teóricas apresentadas anteriormente nos espaços concretos da política, economia e segurança internacional.

No debate recente sobre a ascensão chinesa no sistema internacional, a questão das instituições é latente. Como vimos nos capítulos anteriores, a discussão sobre o fim, ou não, da liderança institucional do sistema internacional pelos Estados Unidos é atual e se mantém aberta. Segundo Keohane (2017), a política externa dos EUA sob Trump se configura de modo a pressionar as instituições, tratando-as como um jogo de soma-zero, na qual os Estados agem de forma egoísta e estão em constante estado de

competição. Tal perspectiva é condizente com a percepção neorrealista das Relações Internacionais, aqui apresentada, a qual considera que todos os Estados do sistema estão buscando ser mais poderosos que os demais e, na disputa por uma maior parcela das capacidades políticas, militares e econômicas, não há impulsos para a cooperação.

Por exemplo, na reunião da cúpula do G7 – grupo composto por Canadá, Grã-Bretanha, Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Japão – em junho de 2018, Trump advogou contra as tarifas impostas sobre os Estados Unidos, as quais seriam “tarifas injustas” ao mercado norte-americano, ameaçando a imposição de penalidades ao comércio com demais países no caso de sua persistência. Na mesma reunião, o presidente retirou-se antes do fim, e criticou as declarações finais dos outros chefes de Estado (TRUMP, 2018). Nesse sentido, nota-se nos discursos de Trump uma maior tendência ao isolacionismo e à percepção de que as relações internacionais moldam-se de forma “egoísta” e a cooperação é relegada ao segundo plano.

Nota-se, por outro lado, que os discursos recentes de Xi Jinping buscam colocar a China em um patamar bem mais amigável do que os discursos de Trump fazem em relação aos Estados Unidos. Esse ponto encaixa-se na nova etapa da política externa chinesa, apresentada no primeiro capítulo, a qual busca o diálogo entre elementos de acumulação de poder *hard* e *soft* nos assuntos militares, políticos, científicos, culturais e econômicos (CUNHA, 2008), com o objetivo a imagem positiva da China no resto do mundo. Por exemplo, na abertura da FOCAC, Xi Jinping (2018, sem paginação) defendeu os princípios da cooperação:

As an ancient Chinese scholar once observed, "Only with deep roots can a tree yield rich fruit; only filled with oil can a lamp burn brightly." History follows its own rules and logic. With similar fate in the past and a common mission, China and Africa have extended sympathy to and helped each other throughout all the years. Together, we have embarked on a distinctive path of win-win cooperation. [...] Marching on this path, China has followed the principle of sincerity, real results, amity and good faith and the principle of pursuing the greater good and shared interests. China has stood with African countries. Together, we have worked in unity and forged ahead.

Nesse sentido, a contribuição de Keohane (2017), nos moldes da perspectiva institucionalista neoliberal, é de que é necessário não considerar os Estados Unidos como um único ator. Apesar de os agentes governamentais estarem conduzindo a política externa estadunidense a partir de uma perspectiva mais realista, existem outros atores, como grandes empresas e a sociedade civil, que defendem seus interesses e impactam nos rumos das decisões sobre as relações internacionais.

Ademais, a ordem liberal estadunidense, na visão de Keohane (2017), foi impulsionadora e beneficiadora dos países em desenvolvimento, provendo as bases para seu crescimento e para a redução da desigualdade. Assim, Keohane (2017) também critica a oposição estadunidense a criação do AIIB, avaliando-a como infundada e ineficiente. Assim, então, vê-se a perspectiva neoliberal de que as organizações internacionais são um palco para que se monte agendas, formem-se coalizões e defendam-se interesses, sendo a participação nelas um importante recurso político (KEOHANE; NYE, 2012).

Dessa forma, na visão neoliberal, a criação de novos projetos de integração pela China é um meio eficiente do país buscar avançar em seus interesses. Como apresentam Ikenberry e Lim (2017), a China está atuando em vários sentidos no âmbito das instituições internacionais, tanto aumentando seu nível de participação nas instituições já existentes, quanto construindo novas instituições, tais como o RCEP e o AIIB.

Na questão da guerra comercial China-EUA também é possível identificarmos referências do debate teórico entre neorrealistas e neoliberais. Fergunson (2018) apresenta a perspectiva de que Trump estaria tentando usar a vulnerabilidade chinesa (de dependência das importações norte-americanas) a seu favor. Dessa forma, a partir das premissas, anteriormente apresentadas, da interdependência complexa, nota-se que Trump estaria visando aumentar seu poder em relação a China. Ou seja, estaria tentando reduzir a assimetria de dependência existente entre os dois países, com a China configurando-se mais vulnerável (com mais custos para adquirir autonomia em relação aos EUA) do que os Estados Unidos.

Por outro lado, é possível também identificarmos cenários nos quais o lado chinês se porta de forma mais condizente com as premissas neorrealistas. Como coloca Zeng et al. (2015), os líderes chineses portam-se de forma assertiva para defender os interesses estratégicos de seu país, cedendo, por sua vez, em assuntos menos relevantes.

Considerando todos os pontos aqui trazidos, é possível visualizarmos que, dependendo da situação em que a China se insere, um entre os dois referenciais teóricos apresentados nesse trabalho se adequa melhor como ferramenta explicativa, encaixando-se em pontos distintos do mesmo espectro entre os dois tipos ideais.

Observamos, então, com os exemplos finais do cenário recente da ascensão contemporânea da China, que, dadas as duas ferramentas teóricas que tínhamos disponíveis, em situações nas quais se envolve pensar em instituições internacionais e relações comerciais, o institucionalismo neoliberal provê maiores possibilidades. Na

guerra comercial entre China e EUA e na criação de novas instituições internacionais pela China, por exemplo, é possível vermos mais claramente as premissas da interdependência complexa. Por sua vez, em situações nas quais há disputa por recursos estratégicos, mais facilmente vemos os Estados agindo de acordo com as premissas neorrealistas do jogo de soma-zero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China é, atualmente, um ator presente na grande maioria dos debates das relações internacionais, sejam eles na esfera política, econômica ou securitária. Assim, buscando melhor compreender o porquê das interpretações do seu processo de ascensão serem tão distintas, propôs-se, nessa monografia, a apresentação de duas perspectivas teóricas que conjecturam futuros opostos: um de conflito e outro de cooperação.

Primeiramente, buscou-se introduzir o processo de ascensão da China, considerando a dimensão histórica de suas relações internacionais. Partiu-se do núcleo de uma civilização que era o centro político, econômico e cultural do continente asiático desde séculos antes de Cristo, o império chinês: a maior economia do mundo, detentor da maior renda *per capita* e líder mundial em termos de inovação tecnológica. A chegada do século XIX, porém, trouxe consigo a grande frota naval inglesa para os lados orientais do globo, e, aliada às fragilidades internas acumuladas por séculos de administração imperial, marcou o enfraquecimento dessa civilização.

O caos político e econômico que se seguiu resultou no fim da era imperial da China e o início da era republicana, com a busca pela restauração do poderio chinês culminando na Revolução comunista, de 1949, liderada por Mao Zedong. Após a morte de Mao, são constantes os processos de adaptação à dinâmica vigente do sistema internacional pelos quais passa a China, iniciados pela Reforma e Abertura do fim da década de 1970, e que modificarão profundamente a economia chinesa. Essa longa história nos traz aos dias de hoje – ao século XXI – e a uma China que volta a se erguer imponente no continente asiático.

É sobre esse contexto, portanto, que versam as teorias neorrealistas e institucionalista neoliberais aqui expostas. Foi visto que perspectivas neorrealistas ofensivas tendem a considerar que um Estado irá buscar expandir-se militarmente conforme acumula acréscimos relativos de força militar (FRAVEL, 2010; MEARSHEIMER, 2010). E, visto a emergência de um novo poder ter como resultado o acúmulo tensão no ambiente internacional, o resultado seria o embate militar de forças (ZHANG, 2016; MEARSHEIMER, 2010, p. 382), nesse caso entre a China e os Estados Unidos. Aquele também tenderia a comportar-se de forma agressiva para garantir a permanência de suas forças militares na região Ásia-Pacífico e, em caso de aumento da força chinesa, haveria possibilidade da “[...] maioria dos vizinhos da China, incluindo Índia, Japão, Singapura, Coreia do Sul, Rússia, Vietnã – e Austrália – juntar-

se aos Estados Unidos para conter o poderio chinês²⁵" (MEARSHEIMER, 2010, p.382). O elemento principal para avaliação da ascensão chinesa por esses autores é, então, o crescimento do poder material, e especialmente a força militar, da China.

Já abordagens institucionalistas neoliberais tendem a destacar a interdependência econômica dos Estados, considerando os custos em comércio, investimento externo, tecnologia e participação na dinâmica internacional de uma política externa chinesa mais agressiva (FRAVEL, 2010; NYE, 2010). Joseph Nye (2010), por exemplo, considera improvável que a China venha buscar competir com os Estados Unidos por uma hegemonia global: não seria de interesse de nenhuma das partes romper a simetria de sua relação interdependente visto os grandes custos econômicos para ambos os lados. Ademais, importa também a questão da democratização, no sentido de que os institucionalistas neoliberais veem como insuficiente o sistema político chinês, não democrático (NYE, 2010). A democratização da China seria, então, mais um reforçador de sua ação conservadora do *status quo*, visto a maior improbabilidade de países democráticos entrarem em guerra entre si afirmada pela teoria liberal (FRIEDBERG, 2005).

Observou-se, a partir da comparação entre os dois referenciais, a existência de algumas semelhanças. Destaca-se a convergência no método positivista; na predominância da produção em contexto norte-americano; na concepção do sistema internacional anárquico e da ação auto interessada dos Estados; e na centralidade do Estado nas análises. Por outro lado, como divergências ressaltam-se a percepção sobre a necessidade do conflito entre Estados para atingir objetivos estratégicos; a valorização de aspectos econômicos ou securitários na análise; e as distintas percepções do que seria o poder de um Estado no sistema internacional.

²⁵ No original: *Moreover, most of China's neighbors, to include India, Japan, Singapore, South Korea, Russia, Vietnam—and Australia—will join with the United States to contain China's power.*

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Marcos Castrioto De. As Nações Unidas e o conceito de segurança coletiva. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 9, n. 25, p. 139–147, 1995.

BARASUOL, FERNANDA. **Teorias de Relações Internacionais no Brasil: tendências e desafios no ensino e na pesquisa**. 2012. Dissertação de Mestrado - Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BETTS, Alexander. **Forced Migration and Global Politics**. Reino Unido: Wiley-Blackwell, 2009. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jYV4QbQqcJ7PIXn8beoqkdKxIX7GZIMb/view?usp=drive_open&usp=embed_facebook>. Acesso em: 14 nov. 2018.

BLACKWILL, Robert D.; CAMPBELL, Kurt M. Xi Jinping on the Global Stage. [s. l.], p. 67, 2016.

BRANCHER, Pedro Txai Leal. **Estrutura e agência nas Relações Internacionais: análise da relação entre processos de construção do Estado e a evolução dos sistemas políticos internacionais**. 2017. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais**. 2. ed. [s.l.] : Universidade de Brasília, 2001.

CASSEL, Rodrigo dos Santos. BATISTA, Thaís Jesinski. Maritime Security in Southeast Asia. **UFRGSMUN**, 2016. Disponível em: https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2016/assets_b/files/asean.pdf

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. **Conceitos em Relações Internacionais**, [s. l.], v. 51, n. 2, p. 8–25, 2008.

CHAN, Gerald. China Eyes ASEAN: Evolving Multilateralism. **Journal of Asian Security and International Affairs**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 75–91, 2015.

CHEN, Sean; FEFFER, John. China's Military Spending: Soft Rise or Hard Threat? **Asian Perspective**, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 47–67, 2009.

CHENG, Joseph Y. S. Convincing the World of China's Tradition to Pursue Universal Harmony. **Journal of Chinese Political Science**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 165–185, 2012.

CHOO, Jaewoo. Ideas matter: China's peaceful rise. **Asia Europe Journal**, [s. l.], v. 7, n. 3–4, p. 389–404, 2009.

CLARK, Ian. China and the United States: a succession of hegemonies? **International Affairs**, [s. l.], v. 87, n. 1, p. 13–28, 2011.

COLE, Bernard. “Asian Maritime Strategies”. Annapolis: Naval Institute Press, 2013

CUNHA, André Moreira. A asensão da China à condição de potência econômica: há algo de novo no “modelo asiático”? In: 2008, João Pessoa. **Anais... .** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLITICA. João Pessoa

CUNHA, André Moreira. A China e o Brasil na Nova Ordem Internacional. **Revista de Sociologia e Política**, [s. l.], v. 19, n. suppl 1, p. 9–29, 2011.

CUNHA, André Moreira; ACIOLY, Luciana. China: a ascensão à condição de potência global - características e implicações. p.343-386, 2009 In: CARDOSO JR, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko. **Trajatórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília, IPEA, 2009.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FERGUSON, Niall. **The China I see is losing Trump’s trade war**. 2018. Disponível em: <<http://www.niallferguson.com/journalism/finance-economics/the-china-i-see-is-losing-trumps-trade-war>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

FENG, Liu; RUIZHUANG, Zhang. The Typologies of Realism. **The Chinese Journal of International Politics**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 109–134, 2006.

FRAVEL, M. Taylor. International Relations Theory and China’s Rise: Assessing China’s Potential for Territorial Expansion: International Relations Theory and China’s Rise. **International Studies Review**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 505–532, 2010.

FRIEDBERG, Aaron. The Future of U.S.-China Relations: Is Conflict Inevitable? **International Security**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 7–45, 2005.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

IKENBERRY, G. John. American hegemony and East Asian order. **Australian Journal of International Affairs**, [s. l.], v. 58, n. 3, p. 353–367, 2004.

IKENBERRY, G. John; LIM, Darren J. China’s emerging institutional statecraft. [s. l.], 2017.

JERVIS, Robert. Realism, Neoliberalism, and Cooperation: Understanding the Debate. **International Security**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 42–63, 1999.

JINPING, Xi. **Full text of Chinese President Xi Jinping's speech at opening ceremony of 2018 FOCAC Beijing Summit**. Beijing. 2018. XinhuaNet. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-09/03/c_129946189.htm>. Acesso em: 03 set. 2018.

KANG, David C. Stability and Hierarchy in East Asian International Relations, 1300–1900 CE. In: **The Balance of Power in World History**. [s.l.] : Palgrave Macmillan, London, 2007. p. 199–227.

KEOHANE, Robert O.; MARTIN, Lisa. The Promise of Institutional Theory. **International Security**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 39–51, 1995.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. 4. ed. Estados Unidos: Pearson, 2012.

KEOHANE, Robert. **Weighing the disastrous global impact of Trump**. 2018. Global Times. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/1090987.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2018.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KISSINGER, Henry. **O século XXI pertence à China? Um debate sobre a grande potência asiática**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda., 2012.

KRATOCHWILL, Friedrich. The monologue of “science”. **International Studies Review**, [s. l.], v. 5, p. 124–128, 2003.

KUGLER, Jacek; LEMKE, Douglas; TAMMEN, Ronald. Foundations of Power Transition Theory - Oxford Research Encyclopedia of Politics. **Oxford Research Encyclopedia**, [s. l.], p. 57, 2017.

KUGLER, Jacek; TAMMEN, Ronald. REGIONAL CHALLENGE: CHINA’S RISE TO POWER. [s. l.], p. 21, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 235–254, 1989.

LARSON, Deborah Welch. Will China be a New Type of Great Power? **The Chinese Journal of International Politics**, [s. l.], p. pov010, 2015.

LIN, Kun-Chin, GERTNER, Andrés Villar. Maritime Security in the Asia-Pacific. Research Paper, London: Chatam House, 2015

- LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- MEARSHEIMER, J. J. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 381–396, 2010.
- MEARSHEIMER, John. **The tragedy of Great Power politics**. New York: W. W. Norton, 2001.
- NAUGHTON, Barry. **The Chinese economy: transitions and growth**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2007.
- NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NYE, Joseph S. American and Chinese Power after the Financial Crisis. **The Washington Quarterly**, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 143–153, 2010.
- PEREIRA, Joana Castro. The limitations of ir theory regarding the environment: lessons from the anthropocene. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 60, n. 1, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292017000100217&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 19 nov. 2018.
- PESTANA, Luís Filipe Amaral da Silva. **O consenso de Beijing em África: um modelo para Angola?** 2013. Dissertação de Mestrado - Universidade Católica Portuguesa, Portugal, 2013.
- RABENA, Aaron Jed. The Complex Interdependence of China's Belt and Road Initiative in the Philippines. **Asia & the Pacific Policy Studies**, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 683–697, 2018.
- RATHBUN, Brian. Politics and Paradigm Preferences: The Implicit Ideology of International Relations Scholars. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 56, p. 607–622, 2012.
- SCHWELLER, Randall L.; PU, Xiaoyu. After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. Decline. **International Security**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 41–72, 2011.
- SHUO, Li. **Does China Still Want to Be a Global Environmental Leader?:** Amid tensions with the United States, there are dark clouds ahead of China's climate agenda.. 2018. The Diplomat. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/10/does-china-still-want-to-be-a-global-environmental-leader/>>. Acesso em: 27 out. 2018.
- TAN, Huileng; LEE, Yen Nee. **China reports economic growth below expectations — its worst pace since the financial crisis**. 2018. CNBC. Disponível em: <<https://www.cnbc.com/2018/10/19/china-q3-gdp-china-posts-economic-data-amid-trade-war-with-us.html>>. Acesso em: 30 out. 2018.

TRUMP, Donald. **Twitter**. Estados Unidos. 2018a. Disponível em: <https://twitter.com/realdonaldtrump/status/1022079127799701504>. Acesso em: 30 out. 2018.

TRUMP, Donald. **Twitter**. Estados Unidos. 2018b. Disponível em: <https://twitter.com/realDonaldTrump/status/1057997981922873344>. Acesso em: 05 out. 2018.

TRUMP ao G7: 'Somos o cofrinho que todos estão roubando. **O Globo**, Rio de Janeiro, 06 set. 2018. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/mundo/2018/06/09/2273-trump-ao-g7-somos-cofrinho-que-todos-estao-roubando> > Acesso em: 10 nov. 2018

VISENTINI, Paulo Fagundes. As dimensões esquecidas do desenvolvimento chinês (1949-1979). **SÉCULO XXI: Revista de Relações Internacionais - ESPM/Sul**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 15–26, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **China and the United States: Partners?** 2017. Disponível em: <<https://www.iwallerstein.com/china-and-the-united-states-partners/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

WALTZ, Kenneth. Guest Essay: Neorealism - Confusions and Criticisms. **Journal of Politics and Society**, [s. l.], v. 15, p. 3, 2004.

WEAVER, Ole. The Sociology of a Not So International Discipline: American and European Developments in International Relations. **International Organization**, [s. l.], v. 52, n. 4, p. 687–727, 1998.

XIE, Zhihai. The Rise of China and Its Growing Role in International Organizations. **ICCS Journal of Modern Chinese Studies**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 12, 2011.

ZENG, Jinghan; XIAO, Yuefan; BRESLIN, Shaun. Securing China's core interests: the state of the debate in China. **International Affairs**, [s. l.], v. 91, p. 245–266, 2015.

ZHANG, ZhongXiang. Are China's climate commitments in a post-Paris agreement sufficiently ambitious? **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2017. Disponível em: <<https://onlinelibrary-wiley.ez45.periodicos.capes.gov.br/doi/abs/10.1002/wcc.443>>. Acesso em: 16 set. 2018.